

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO - PPP -

2015 - 2019

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

IFSP - Câmpus Birigui

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
IFSP – CÂMPUS BIRIGUI**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



2015 - 2019

BIRIGUI - SP

2016

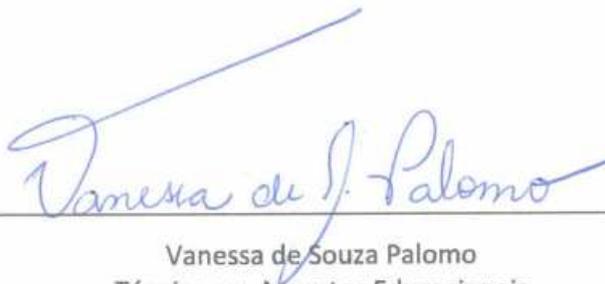


**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
SÃO PAULO
Câmpus Birigui

Documento aprovado em reunião do CONCAM (Conselho de Câmpus) conforme ATA
da terceira reunião ordinária realizada em 19 de abril de 2016.



Edmar César Gomes da Silva
Diretor Geral



Vanessa de Souza Palomo
Técnica em Assuntos Educacionais
Presidente da Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico

Birigui, 11 de maio de 2016.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

(Portaria nº 4.351, de 26 de agosto de 2014 e Portaria nº BRI.0091/2015, de 08 de setembro de 2015)

Presidente

Vanessa de Souza Palomo

Técnicos Administrativos

Carmen Izaura Molina Correa
Michele Oliveira da Silva
Maira Pincerato Andozia
Gustavo Rodrigues Marques
Rafael dos Santos Zanata
Francisco Diego Garrido da Silva

Docentes

Marcos Roberto Ruybal Bica
Aline Graciele Mendonça
Érica Alves Rossi
Gustavo Jorge Pereira
Lidiane Aparecida L. Garcia e Gonçalves
Renato Correia de Barros
Adriano de Souza Marques
Andréia de Alcântara Cerizza
Helen de Freitas Santos
Éder Fonzar Granato

Discentes

Anna Kathlen de Souza e Silva
Bruno Adão Mari
Caroline Arquilini
Gilson Pereira Colli
Nahyme Borelli Olher
André Luis Leal Limieri

Comunidade

Vilma Terezinha Lemes Ladeira

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. (Paulo Freire)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização de Birigui.....	26
Figura 2. Estrutura organizacional do Câmpus Birigui.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1.** Evolução da População Urbana, Rural e Total 1970 – 2010, Birigui – SP, a partir de dados do IBGE.....27
- Gráfico 2.** Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Birigui-SP.....29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Cursos Oferecidos no Instituto Federal de São Paulo Câmpus Birigui. 2015.....	32
Quadro 2. Cursos Oferecidos no Instituto Federal de São Paulo Câmpus Birigui. 1º Semestre de 2016.....	32
Quadro 3. Corpo docente e dados de formação acadêmica.....	34
Quadro 4. Corpo técnico administrativo e dados de formação acadêmica.....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População total, por gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização – Birigui-SP.....	27
Tabela 2. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Birigui –SP.....	28
Tabela 3. Renda, Pobreza e Desigualdade - Birigui-SP.....	30
Tabela 4. Vulnerabilidade Social em Birigui-SP.....	30

SUMÁRIO

1. DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS	12
1.1 Breve histórico do IFSP	12
1.2 Função social, objetivos e metas.....	14
1.3 Princípios norteadores.....	15
2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE	22
2.1 O IFSP na cidade	22
2.1.1 Breve histórico do Câmpus Birigui	22
2.1.2 Histórico da cidade	24
2.1.3 Caracterização do município.....	25
2.2 Caracterização do Câmpus Birigui	31
2.3 Cursos oferecidos no Instituto Federal de São Paulo – Câmpus Birigui	32
2.4 Contexto escolar	33
2.5 Recursos humanos	34
2.5.1 Corpo docente.....	34
2.5.2 Corpo administrativo	38
2.6 Coordenadorias – organograma do Câmpus Birigui.....	41
3. PRESSUPOSTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DO CÂMPUS BIRIGUI	42
3.1 Ética e cidadania	42
3.2 Inclusão social.....	43
3.3 Gestão democrática	45
3.4 Empreendedorismo	48
3.5 Ensino	50
3.5.1 Processo de ensino e aprendizagem.....	50

3.5.2 Metodologias	52
3.5.3 Avaliação da aprendizagem	54
3.6 Pesquisa	55
3.7 Extensão.....	56
4. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS	58
4.1 Técnico	59
4.1.1 Técnico Integrado ao Ensino Médio.....	60
4.1.2 Técnico Concomitante/Subsequente.....	60
4.2 Graduação.....	62
4.2.1 Licenciatura	63
4.2.2 Tecnologia.....	64
5. POLÍTICAS E AÇÕES.....	66
5.1 Políticas e ações de ensino	66
5.1.1 As coordenadorias/setores do ensino.....	66
5.1.1.1 CSP – Coordenadoria Sociopedagógica (CSP).....	66
5.1.1.2 Coordenadoria de Registros Escolares (CRE).....	66
5.1.1.3 Coordenadoria de Apoio ao Ensino (CAE).....	68
5.1.1.4 Coordenadoria de Biblioteca (CBI).....	69
5.1.2 Coordenadorias de curso.....	70
5.1.2.1 Curso Superior de Licenciatura em Matemática.....	70
5.1.2.2 Curso Superior em Tecnologia em Sistemas para Internet.....	71
5.1.2.3 Curso Técnico Integrado em Informática.....	72
5.1.2.4 Curso Técnico em Administração – Modalidades Concomitante/Subsequente e Integrado	73
5.1.2.5 Curso Técnico em Automação Industrial	74

5.1.3 Projetos Institucionais para o Ensino.....	74
5.1.3.1 Assistência Estudantil	74
5.1.3.2 NAPNE – Ações Inclusivas	74
5.1.3.3 Formação Continuada	76
5.1.3.4 Bolsa Discente.....	76
5.1.3.5 CPA – Comissão Própria de Avaliação	77
5.1.3.6 Órgãos Colegiados.....	78
5.1.4 Movimento Estudantil	80
5.2 Políticas e ações de Extensão.....	81
5.3 Políticas e ações de Pesquisa, Inovação	84
5.4 Políticas e ações administrativas.....	84
5.4.1. Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)	89
5.4.2 Coordenadoria de Administração (CAD)	89
5.4.3 Coordenadoria de Manutenção, Almoxarifado e Patrimônio (CAP)	90
5.4.4 Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI)	92
5.4.5 Jornada Flexibilizada	92
6. DIAGNÓSTICO, METAS E AÇÕES.....	94
REFERÊNCIAS	108

APRESENTAÇÃO

Trilhar caminhos em busca de ensino de qualidade: este é o objetivo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – Câmpus Birigui. Qualidade não embasada somente em conhecimento técnico, mas num viés de educação integral, na construção de uma cidadania crítica e reflexiva.

Apresentamos o nosso Projeto Político Pedagógico. Este permite revelar a identidade de nossa instituição de ensino, pois é a partir deste documento que desvendamos nossas concepções, aspirações... É um árduo caminho que vislumbramos...

O Câmpus Birigui do Instituto Federal de São Paulo iniciou seus trabalhos no ano de 2010. Após quatro anos de um processo de consolidação, em atendimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394 de 20/12/96), como também à solicitação da construção do Projeto Político Pedagógico em todas as unidades dos Institutos Federais no Estado de São Paulo, iniciamos a construção deste projeto no segundo semestre de 2014, concebido em escala local, com ampla participação.

O primeiro desafio constituiu-se em levantar junto à comunidade escolar sua visão institucional. Um diagnóstico foi realizado por meio de convites para reuniões sistemáticas com os distintos segmentos que compõem o universo escolar: docentes, discentes, técnicos administrativos. A partir de vários temas, a comunidade escolar manifestou suas opiniões, concebendo os aspectos positivos, assim como os nossos limites institucionais. Para a garantia de ampla participação dos citados segmentos, foram necessárias diferentes estratégias. No segmento docente, foram utilizadas as reuniões de áreas; para os técnicos administrativos, houve convocação em grupos e em horários distintos, para que não houvesse prejuízo no atendimento ao público e, para os estudantes, foram garantidos momentos de discussão via representantes de sala, reunidos por modalidade: integrados, técnicos, tecnólogos e licenciaturas, além de reuniões abertas à comunidade externa. Concomitante a esse processo, foi elaborado o capítulo II, que apresenta dados do Câmpus Birigui, como também aspectos do município e região.

Durante o ano de 2015, foram elaborados os capítulos I e III, os quais tratam das questões filosóficas que norteiam nossa concepção de ensino. O capítulo I foi construído por representantes dos setores pedagógicos de variados câmpus, na busca de construir uma concepção de educação do IFSP, dialogando com referenciais oficiais advindos da escala federal, como também, com embasamento no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional).

O capítulo III foi construído em escala local pela comissão de elaboração do Projeto Político Pedagógico. Buscamos elucidar a nossa identidade, nossas escolhas conceituais. Este capítulo foi disponibilizado para apreciação de toda a comunidade escolar, como também deliberado em assembleia, garantindo um momento democrático de discussão dos aspectos ali abordados.

Os capítulos IV e V, elaborados no 2º semestre de 2015, pautaram-se em levantamento de informações de estruturas existentes no câmpus, assim como as políticas e ações praticadas. O capítulo VI foi iniciado com o levantamento do diagnóstico realizado inicialmente e concluído no 2º semestre de 2015, a partir da organização sistemática dos limites institucionais levantados pela comunidade escolar. Uma assembleia foi realizada – após a comunidade escolar ter amplo conhecimento dos limites institucionais – para demarcação das ações futuras, dos prazos para execução destas e plano de avaliação contínua.

O resultado do trabalho está expresso nas próximas páginas.

Comissão de Elaboração
Abril/2016

1. DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

1.1 Breve histórico do IFSP

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), que busca oferecer um ensino público, gratuito e de qualidade, apresenta mais de 100 anos de história. No decorrer dessa longa trajetória, o Instituto teve diversas denominações, sendo a primeira delas a de **Escola de Aprendizes Artífices** (Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909), presente em cada uma das capitais dos Estados da República. Nesse início de funcionamento, eram ofertados os cursos de tornearia, de eletricidade e de mecânica, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas.

O ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional no ano de 1937, quando a Escola de Aprendizes Artífices passou a ser chamada de **Liceu Industrial de São Paulo** (Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937). Na área educacional, foi criado o Departamento Nacional da Educação que, por sua vez, foi estruturado em oito divisões de ensino: primário, industrial, comercial, doméstico, secundário, superior, extraescolar e educação física.

Novas reformas na educação profissional ocorreram em 1942, época em que se tornou premente a formação de pessoal técnico qualificado. Nesse mesmo ano, através do Decreto-Lei n. 4.073, foi definida a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que fixou as bases de organização e de regime do ensino industrial.

Cabia ao ensino industrial formar profissionais aptos ao exercício de ofício e técnicas nas atividades industriais. Além disso, tinha como finalidade dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumentasse a eficiência e a produtividade; aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados e, por fim, divulgar conhecimentos de atualidades técnicas.

Em 1942, diante das bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, surge a **Escola Técnica de São Paulo** (Decreto-Lei n. 4.127), com o objetivo de oferecer “os cursos técnicos e os cursos pedagógicos, e bem assim os cursos industriais e os cursos de mestria, de que trata o regulamento do quadro dos cursos de ensino industrial”. Esse decreto, porém, condicionava o início do funcionamento da Escola Técnica

de São Paulo à construção de novas instalações próprias, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições. Em 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar o curso de construção de máquinas e motores e o de pontes e estradas.

Em 20 de agosto de 1965, foi sancionada a Lei n. 4.759, que transformou a Escola Técnica de São Paulo em **Escola Técnica Federal**, abrangendo todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal. Os cursos técnicos de Eletrotécnica, de Eletrônica e Telecomunicações e de Processamento de Dados foram, então, implantados no período de 1965 a 1978, os quais se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

Ainda sobre Escola Técnica Federal, a LDB de 1971 trouxe grandes implicações, pois possibilitou a formação de técnicos através de cursos integrados ao ensino médio (técnico e médio), completados em quatro anos e cuja carga horária média era de 4.500 horas/aula (PDI-IFSP, 2014-2018, p.40).

Em 1994, a Lei n. 8.948, de 08 de dezembro, transformou as Escolas Técnicas Federais em **Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs)**, que com o Decreto nº 5.224, de 01 de outubro de 2004, foram autorizados a “ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica” (Artigo 4º, V).

No ano de 2008, com a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foram criados os **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Os Institutos Federais, implantados num total de 38 através desta lei, são definidos em seu Art. 2 como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (...)”.

Comprovando a abrangência de sua atuação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, antigo CEFET-SP, além de investir fortemente na realização de pesquisas aplicadas e no desenvolvimento de atividades de extensão, oferece: cursos técnicos, tanto na forma de cursos integrados ao ensino médio (para aqueles que concluíram a educação fundamental), quanto na forma concomitante ou subsequente (para alunos que concluíram a educação fundamental e para aqueles que concluíram o ensino

médio ou estejam cursando no mínimo o 2º. ano desse nível de ensino); cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e superiores de tecnologia); cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*). Por fim, pensando em proporcionar oportunidades de estudos para aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio na idade regular, o IFSP investe também no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

1.2 Função social, objetivos e metas

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP), historicamente, constitui-se como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante, acompanhando os processos de transformação no mundo do ensino e do trabalho, com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Nesse sentido, busca construir uma *práxis* educativa que contribua para a inserção social, para a formação integradora e para a produção do conhecimento.

O IFSP tem como objetivo central agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho, discutindo os princípios das tecnologias a ele relativas. Compreende-se, para isso, que seja preciso derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana.

A partir da compreensão da relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, a organização e desenvolvimento curricular, em seus objetivos, conteúdos e métodos, baseia-se na concepção do trabalho como princípio educativo. Com isso, a Educação Profissional deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Entre seus aspectos fundadores, os Institutos Federais (PACHECO, 2011), têm como principais metas: 1) expandir a oferta de educação profissional pública e de qualidade; 2) estar aberto à comunidade por meio da verticalização da oferta de cursos (da modalidade EJA até a pós-graduação e cursos de curta duração) e do acesso facilitado pela ampliação da rede em todas as regiões do país; 3) formar cidadãos para o mundo do trabalho e não somente para o “mercado” de trabalho, por meio de uma educação crítica e reflexiva.

Princípios norteadores

A lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-IFSP 2014-2018) são importantes documentos que fundamentam as ações do Instituto Federal de São Paulo. Nesse sentido, com base nesses documentos, destacamos abaixo algumas concepções e princípios norteadores do IFSP.

O IFSP objetiva levar em conta o fato de que o **desenvolvimento humano** é um processo de construção contínua e se estende ao longo da vida dos indivíduos e das sociedades de forma indissociável. Ao compreender o sujeito como um ser sócio-histórico, ou seja, resultado de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação, o IFSP acredita que o desenvolvimento de capacidades, potencialidades, habilidades, competências, valores e atitudes especificamente humanos relaciona-se diretamente com uma ação educativa (PDI-IFSP 2014-2018). Nesse sentido, a instituição de ensino tem em si a responsabilidade de levar o estudante ao pleno desenvolvimento enquanto cidadão, através do conhecimento construído, visando uma formação geral e universal no sentido amplo.

Nossa instituição se identifica e se compromete com um projeto democrático de sociedade, o qual compreende e pratica a educação como um compromisso de transformação, capaz de dar sentido cada vez maior tanto à nossa prática social enquanto instituição, como também a cada sujeito individual que se encontra envolvido com esse processo.

Nesse sentido, a **educação** assume papel cada vez mais imprescindível no desenvolvimento social e também econômico. Compreende-se a educação como processo de formação e interação social, que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

A educação, com isso, é fator importante e indispensável no processo de transformação da realidade social. Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade de o sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

Assim sendo, a proposta pedagógica do IFSP vincula-se à ideia de que o ensino não se limita à transmissão de informações e/ou ao desenvolvimento de capacidades técnicas para um exercício profissional específico. Mas, ao contrário, a formação de seus alunos deve contemplar a chamada “cultura geral” - saberes cujo sentido formativo não se confundem necessariamente com uma aplicação imediata – e o engajamento político – por meio do desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes.

O vínculo da educação com o contexto social e cultural leva a questionamentos e à revisão de modelos educacionais estabelecidos para atender aos anseios e necessidades da sociedade, apresentando desafios acentuados e problematizados. No mundo globalizado e em constantes transformações, o conceito de educação vem sendo revisto e ampliado, assumindo uma perspectiva processual que não se encerra ao final da escolarização, mas se prolonga ao longo da vida do indivíduo para permitir que ele possa responder aos desafios da provisoriedade do conhecimento, num contexto em constante mudança. (DELLORS, 1999)

O IFSP reconhece a formação técnica e tecnológica como um dos elementos estruturantes capazes de contribuir para o desenvolvimento humano tanto do ponto de vista individual como coletivo. A proposta educacional dos institutos federais está pautada, atualmente, em uma concepção humanista de educação, buscando integrar ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e desenvolver a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual:

O modelo dos Institutos Federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. (BRASIL, 2010, p. 19)

O objetivo principal passa pela formação profissional técnica e tecnológica de qualidade e isso só se torna possível à medida que o processo educativo contribua com a construção de cidadãos através de novos saberes. Ora, se o que se busca é a formação do cidadão para o mundo do trabalho, superando o conceito da mera formação do profissional para o mercado, é preciso esforços para “derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos”. (BRASIL, 2010, p. 10)

Nessa perspectiva, nos aproximamos da compreensão do trabalho como princípio educativo (RAMOS, 2004 e FRIGOTTO, 2004), na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Assim, insere-se no contexto a **educação profissional**, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva, focando-se o trabalho como primeiro fundamento da educação como prática social.

Desse modo, a educação profissional e tecnológica trata-se de uma política pública, pelo seu compromisso social, tanto por contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, quanto por ser fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã. O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho:

Assim, a educação exercida no IFSP não estará restrita a uma formação estritamente profissional, mas contribuirá para a iniciação à ciência e a promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo e as tecnologias (PDI 2009-2013, p. 41)

Nesse sentido, a escola, como instituição educativa da sociedade, é o espaço privilegiado da educação formal. Esse espaço constitui lugar de cultura e sistematização do saber científico, que possibilita a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos para análise e compreensão da realidade, do mundo em que vivemos, a fim de haver uma interação consciente das pessoas consigo mesmas, delas entre si, delas com o conhecimento, com o meio ambiente e com outros produtos da cultura, ampliando, dessa forma, sua visão de mundo.

É como uma instituição educativa muito maior que uma “escola”, que se situa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, esta instituição pode protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a

justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserirem no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.

Tais diretrizes reafirmam o compromisso dos IFs com a formação humanística de docentes e discentes, a qual precede a qualificação para o trabalho e enxerga a educação profissional e tecnológica baseada na integração entre ciência, tecnologia e cultura.

No contexto da educação profissional, a concepção de **conhecimento** articula as ciências naturais, humanas e tecnológicas com o mundo do trabalho, partindo da premissa da construção desse conhecimento baseado nos seguintes eixos: trabalho, ciência, tecnologia, cultura.

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que necessariamente devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento (BRASIL, 2010, p. 34).

A ciência envolve conceitos e métodos que, ao mesmo tempo em que são estabilizados e transmitidos de geração em geração, podem e devem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Esses conhecimentos, produzidos e legitimados socialmente ao longo da história, são resultado de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e da transformação dos fenômenos naturais e sociais, no movimento do ser humano como produtor de sua realidade, da qual precisa apropriar-se para poder transformá-la.

A transformação da ciência foi correlata com uma transformação no conhecimento técnico. Este passou a ter outro caráter, deixou de ser um conhecimento sem nexos e sem formalização. Pode-se creditar a esse momento o surgimento de um novo conhecimento, o tecnológico, o qual significa um conhecimento produtivo articulado e consciente. Esse novo saber que constitui a tecnologia não é um saber sem significado e conexões.

Como apontado por alguns autores, a Tecnologia surge como um aprofundamento de um processo de racionalização da civilização que repercute na técnica. Essa racionalização pode ser entendida como identificação das causas dos fenômenos e, nesse sentido, constitui uma efetiva cientificação da técnica.

Assim, ao buscar-se a transformação da ciência em força produtiva, marca-se a noção de tecnologia, a qual se caracteriza como uma extensão das capacidades humanas, ao visar a satisfação das necessidades, mediando o conhecimento científico e a produção. É possível compreender o processo histórico de transformação da ciência em atividade produtiva por meio do desenvolvimento tecnológico.

A Tecnologia tem dinâmica própria e, embora interagindo com a Ciência, ela busca conhecimentos específicos. A Tecnologia é estilo de trabalho, de pesquisa, que incorpora metodologias e conceitos da pesquisa científica, porém também é um campo do conhecimento cuja aplicação passa por outros critérios como eficácia e viabilidade técnico-econômica e social. (PDI-IFSP, 2014-2018, p. 147)

Considerando essa visão de escola articulada com o trabalho e com a formação integrada do estudante, temos a construção do conhecimento como algo dinâmico e significativo e não fragmentado e descontextualizado. Nesse sentido, o IFSP, em seu PPI, afirma que o fazer pedagógico deve trabalhar “na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática [...], tentando estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho” (PDI-IFSP, 2014-2018, p.157).

O conhecimento para o mundo do trabalho vai além da técnica e da produção, envolvendo relações sociais, culturais e científicas. A educação, nesse viés, estaria ligada a um movimento constante, no qual o conhecimento produzido historicamente retorna à sociedade por meio do indivíduo que articula esse conhecimento com a realidade, transformando-o. (BRASIL, 2010)

Diante disso, a concepção de conhecimento está articulada ao conceito de processo educativo como dialógico, integrando trabalho, ciência e cultura. No contexto da educação profissional, o trabalho é o primeiro foco da educação enquanto prática social, que juntamente com a ciência e a cultura, contribui para uma formação integrada do estudante. Nessa vertente, o conhecimento ocorre em uma prática interativa com a realidade, a qual além de propiciar sua transmissão de geração em geração, o questiona, visando sua superação historicamente em um movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Podemos afirmar então: o conhecimento não é algo estático, pelo contrário,

trata-se de um processo de construção e reconstrução contínuo voltado à formação plena do educando (PDI-IFSP, 2014-2018).

Partindo do princípio da autonomia e da gestão democrática, parte da própria natureza do ato pedagógico, identifica-se a importância e a necessidade de se estabelecerem relações democráticas para criar um ambiente institucional propício ao diálogo e a participação. Dessa forma, as práticas educativas devem levar em conta os diversos públicos presentes numa instituição em função das diferenças de gênero, de classe social, de etnia e de religiosidade.

Para tanto, o desafio cotidiano para a **prática pedagógica** docente é o desenvolvimento de ensino de qualidade junto à ampla gama de públicos que procuram por profissionalização e inserção do mercado de trabalho, mas sem perder de vista a formação integrada para o mundo do trabalho. Uma formação integrada, além de possibilitar o acesso a conhecimentos, promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais, sobre as referências e tendências estéticas manifestadas em tempos e espaços históricos, e incorpora os valores ético-políticos.

Integrando, com isso, a ciência e a cultura, a formação profissional deve objetivar a formação plena do educando, de modo a possibilitar construções intelectuais mais elevadas, apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Assim, contribui-se para a formação de sujeitos autônomos, os quais possam compreender-se no mundo e dessa forma atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade, ao mesmo tempo em que cuida da preservação.

No processo de ensino, entendemos ser importante priorizar uma metodologia que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, a participação efetiva do estudante na construção de seu conhecimento. Uma das possibilidades metodológicas é trazer, para a sala de aula, os problemas do mundo atual e/ou situações-problema para simular a realidade, a fim de levar os alunos a sugerirem propostas de resolução ou de possíveis encaminhamentos, promovendo-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

O **currículo** deve contribuir para a construção do pensamento crítico e para a formação integral do indivíduo. Além disso, deve ter como alicerce as questões éticas, respeitar a diversidade cultural e regional e proporcionar uma formação para a cidadania.

Para garantir a formação plena do educando, o currículo deve possibilitar construções intelectuais elevadas e a apropriação de conceitos, habilidades e atitudes necessários para a intervenção consciente na realidade.

Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica.

Vale destacar que a proposta curricular integra o ensino médio à formação técnica e supera o conceito de escola dual e fragmentada, estabelecendo o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho.

Em consonância com esse entendimento, o currículo se torna um poderoso instrumento de mediação para atingir o conhecimento científico, o desenvolvimento do raciocínio lógico, construtivo e criativo, para se estabelecer uma consciência crítica e reflexiva no indivíduo ao ponto de transformar atitudes e convicções, levando este a participar de forma efetiva e responsável da vida social, política, cultural e econômica de seu país.

2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

2.1 O IFSP na cidade

2.1.1 Breve histórico do Câmpus Birigui

O **Câmpus Birigui**, edificado em atendimento à Chamada Pública do MEC/SETEC nº 001/2007 - Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – FASE II, está localizado no município de Birigui, na região noroeste do estado de São Paulo. Teve sua autorização de funcionamento através da Portaria nº 116, de 29 de janeiro de 2010, e iniciou suas atividades educacionais no 2º semestre de 2010.

Com uma área total construída de 15.188,24m² (área coberta e descoberta), é composto por um conjunto edificado de padrão escolar com 06 blocos de edifícios, sendo um bloco administrativo, quatro blocos de salas de aula, biblioteca e laboratórios e um bloco de convívio e cantina.

O Câmpus Birigui iniciou ofertando os seguintes cursos técnicos de nível médio na modalidade concomitante ou subsequente: Técnico em Administração, com oferta de 40 vagas, período noturno, com duração de um ano e meio; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, com oferta de 40 vagas, no período vespertino, com duração de dois anos; e Técnico em Automação Industrial, com oferta de 80 vagas, divididas no período vespertino e noturno, com duração de dois anos.

Em 2011, o câmpus iniciou a oferta dos seguintes cursos: Licenciatura em Matemática, com oferta de 40 vagas, período noturno, com duração de quatro anos; cursos FIC, oferecidos a alunos matriculados na educação de jovens e adultos (EJA) do primeiro ciclo do ensino fundamental, em parceria com as prefeituras dos municípios de Birigui, Araçatuba e Penápolis, sendo os cursos nas áreas de administração, informática e indústria; e Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para as Disciplinas do Currículo da Educação Profissional, com 50 vagas.

Em 2012, interrompeu-se a oferta dos cursos técnicos concomitantes ou subsequentes do período vespertino e iniciou-se a oferta em período integral de cursos técnicos integrados ao ensino médio, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, com os cursos de: Técnico em Administração; Técnico em Informática; e

Técnico em Automação Industrial. Todos com oferta de 40 vagas em período integral, com duração de três anos.

Em 2013, o Câmpus Birigui iniciou a oferta de mais três cursos superiores: Licenciatura em Física, com 40 vagas no período noturno, com duração de quatro anos; Tecnologia em Mecatrônica Industrial, com 40 vagas no período noturno e duração de três anos; e Tecnologia em Sistemas para Internet, com 40 vagas no período noturno e duração de três anos.

Também em 2013, o Câmpus Birigui teve a inauguração de seu núcleo avançado na cidade de Assis, em que, por meio de acordo de cooperação entre o IFSP e a Prefeitura de Assis, iniciou a oferta de dois cursos técnicos de nível médio concomitante/ subsequente de Administração e Manutenção e Suporte em Informática, sendo ofertadas 40 vagas, para cada curso, no período vespertino.

Entre os eventos promovidos no câmpus destacamos: a Semana das Áreas, realizada sempre no primeiro semestre de cada ano, em que todas as áreas apresentam trabalhos e mostras para troca de conhecimentos e divulgação dos trabalhos e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, realizada no segundo semestre de cada ano com temas nacionais sobre Ciência e Tecnologia com objetivo de mobilizar a população para esta temática, valorizando a atitude científica e a inovação. Em 2013, o Câmpus Birigui também sediou o 5º *Workshop* de Negócios e Inovação e o 4º Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP, que são eventos promovidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

Em 2014, foram oferecidas 915 vagas: licenciaturas e tecnológicos (160 vagas), técnicos concomitantes e subsequentes (280 vagas, incluindo o núcleo avançado de Assis), Formação Pedagógica presencial (40 vagas), além da realização de Cursos FIC e a consolidação de Cursos pelo Pronatec. Foi realizado o XII Encontro Paulista de Educação Matemática - EPEM, juntamente com o V Fórum Paulista de Licenciaturas em Matemática.

No ano de 2015,² segundo o relatório de gestão, destaca-se a inauguração dos laboratórios de Educação Matemática e dos laboratórios de Física, assim como as atividades realizadas pelos alunos bolsistas do PIBID nos referidos cursos de Licenciatura. Foram atendidos cerca de 350 alunos da rede pública de ensino. Também foram criados dois laboratórios (laboratório de dispositivos programáveis e de desenho auxiliado por

² Dados organizados pelo Câmpus Birigui para relatório de Gestão – ano 2015.

computador) para os cursos de Automação Industrial e Mecatrônica. Ainda em 2015, ocorreu o encerramento dos cursos ofertados no Núcleo Avançado de Assis.

O Câmpus Birigui oferece também, no decorrer do ano, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) voltados a toda comunidade, visando qualificar profissionais e contribuindo com o crescimento econômico da região.

2.1.2 Histórico da cidade

O surgimento da cidade de Birigui está associado à Estrada de Ferro Noroeste, construída no início do século XX, pois neste local a Companhia Paulista instalou uma chave para que o trem estacionasse três vezes por semana. Para denominar essa parada do trem, foi escolhido o nome Birigui em virtude da existência, na região, de muitos biriguis, uma espécie de mosquito. Hoje, Birigui é conhecida como “Cidade Pérola”, denominação utilizada pela primeira vez em 1934 por um jornalista paulistano que chamou o local de Pérola do Noroeste, em uma crônica social publicada no jornal *O Maribondo* (SERRA, 2006, p. 14).

O povoado foi fundado em 7 de dezembro de 1911 pelo português Nicolau da Silva Nunes, um empreendedor que, apesar da constante ameaça dos índios Coroados (conhecidos como canibais), construiu a primeira casa e a primeira venda para servir às várias famílias de compradores de terras e agregados que logo se instalaram no vilarejo. A expansão cafeeira, impulsionada pelos trilhos do trem, trouxe à região considerável número de imigrantes europeus, como italianos, portugueses, espanhóis e ingleses (SERRA, 2006, p. 21).

Quanto à formação administrativa, Birigui tornou-se município em 8 de dezembro de 1921, sendo a primeira Câmara instalada em 19 de fevereiro de 1922. A Comarca de Birigui foi criada em 19 de maio de 1934, pertencendo o município, até essa data, à Comarca de Penápolis (SERRA, 2006, p. 43-44).

Paralelamente ao desenvolvimento da agricultura cafeeira, desenvolveu-se também o comércio local, com destaque para o surgimento de pequenas selarias e sapatarias. No final da década de 1950, foram instaladas no município as primeiras fábricas de calçados infantis. Na década seguinte, impulsionados pelo crescimento da indústria calçadista, novas empresas se instalaram na cidade, como fornecedoras de componentes, representantes de produtores de máquinas e equipamentos, empresas prestadoras de serviços especializados,

bem como instituições direcionadas à formação de mão-de-obra. Conforme salienta Serra (2006, p. 50), “foi instaurado na cidade um complexo industrial de grande envergadura, admirado e respeitado por todos e voltado à produção de calçados infantis, conhecido nacional e internacionalmente como a ‘Capital Brasileira do Calçado Infantil’”.

A consolidação da aglomeração calçadista de Birigui ocorreu nos anos 1980. O polo industrial local abriga, hoje, aproximadamente 400 indústrias de grande, médio e pequeno porte, responsáveis pela geração de aproximadamente 28.000 empregos diretos em diversos setores, como metalurgia, vestuário, alimentos, química, mobiliário, construção civil e, especialmente, calçados (SERRA, 2006, p. 60).

Como resultado desse contexto, a atividade industrial é responsável pela parcela mais expressiva da economia biriguiense, “cuja mão-de-obra especializada e qualificada é absorvida no local, com reduzida taxa de desemprego” (SERRA, 2006, p. 60).

Esse perfil industrial e a constante necessidade de qualificação de mão-de-obra justificam a relevância do Instituto Federal para a população local, proporcionando oportunidade de aprimoramento profissional pelo viés da ciência, tecnologia e inovação.

2.1.3 Caracterização do município

O município de Birigui encontra-se na Região Administrativa de Araçatuba. Está localizado na região noroeste no Estado de São Paulo entre a latitude de 21°16’53” Sul e a longitude 50°19’35” Oeste. Tem uma área de 530,919 km² e faz fronteira ao norte com Buritama, a nordeste com Brejo Alegre, a leste com Coroados, a sudoeste com Bilac e a oeste com Araçatuba.

O acesso ao município se dá por meio de rodovias: Marechal Cândido Rondon, Engenheiro Gabriel Melhado Filho e Senador Teotônio Vilela. Considerando outras possibilidades, Birigui conta com a Ferrovia Noroeste e Hidrovia Tietê-Paraná, o que contribui para o transporte de cargas na região.

Birigui é conhecida como a capital brasileira do calçado infantil,³a produção anual é de 62 milhões de pares, a maior produção de calçados infantis do Estado, representando 52% da produção nacional, destinados aos mercados nacional e internacional.

³ Dados da Prefeitura Municipal de Birigui (2014).

Figura 1 – Localização de Birigüi.



Fonte: Birigüi: cidade pérola. Organizadora: Áurea Esteves Serra, 2006. São Paulo: Noovha América. (Série Conto, canto e encanto com a minha história...) Mapa. César Cunha Ferreira.

A população estimada em 2014, segundo o IBGE, é de 117.143 habitantes. No último Censo Populacional (IBGE, 2010), a população contava com 108.728 habitantes.

Tabela 1 – População total, por gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização – Birigui-SP

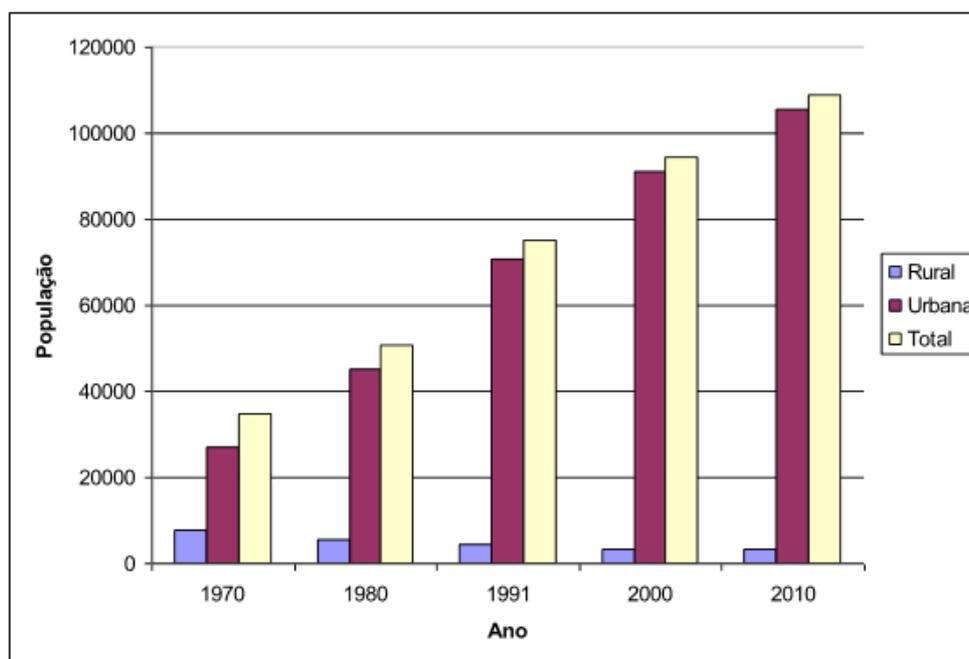
População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	75.125	100,00	94.300	100,00	108.728	100,00
População residente masculina	37.393	49,77	46.453	49,26	53.075	48,81
População residente feminina	37.732	50,23	47.847	50,74	55.653	51,19
População urbana	70.567	93,93	91.018	96,52	105.487	97,02
População rural	4.558	6,07	3.282	3,48	3.241	2,98
Taxa de Urbanização	-	93,93	-	96,52	-	97,02

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Acesso em 03/09/2014. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/birigui_sp.

Segundo Gomes (2011), desde 1970 o crescimento populacional de Birigui é constante e acelerado. Em 1970, a população total era de 34.976, em 2010 esse número atinge 108.728, ou seja, um aumento de 310%. Conta com uma densidade demográfica de 204,79 hab/km².

Gráfico 1 – Evolução da População Urbana, Rural e Total 1970 – 2010, Birigui – SP, a partir de dados do IBGE.



Fonte: GOMES, Márcio Fernando (2011).

Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), divulgado em 2013, o município de Birigui está em 128ª colocação nacional, com índice de 0,780. É, portanto, considerado um município com alto desenvolvimento humano – a classificação do IDHM está definida em muito baixo (0 a 0,499), baixo (até 0,599), médio (até 0,699), alto (até 0,799) e muito alto (até 1) – considerando uma escala numérica de 0 a 1. Tal índice é levantado por iniciativa do PNUD (Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Fundação de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fundação João Pinheiro e mede o desenvolvimento humano através de dados de longevidade, renda e educação. O município apresenta dados de longevidade em 0,869, renda em 0,743, educação em 0,734. Tais parâmetros foram levantados a partir de dados de 2010.

Acompanhando uma tendência nacional, atrelada ao crescimento econômico do Brasil nas últimas décadas, Birigui teve seu IDHM também em crescimento. Em 1991, o IDHM do município encontrava-se em 0,569. No ano de 2000 estava em 0,703. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,129), seguida por Longevidade e por Renda, assim também, entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,239), seguida por Longevidade e por Renda.

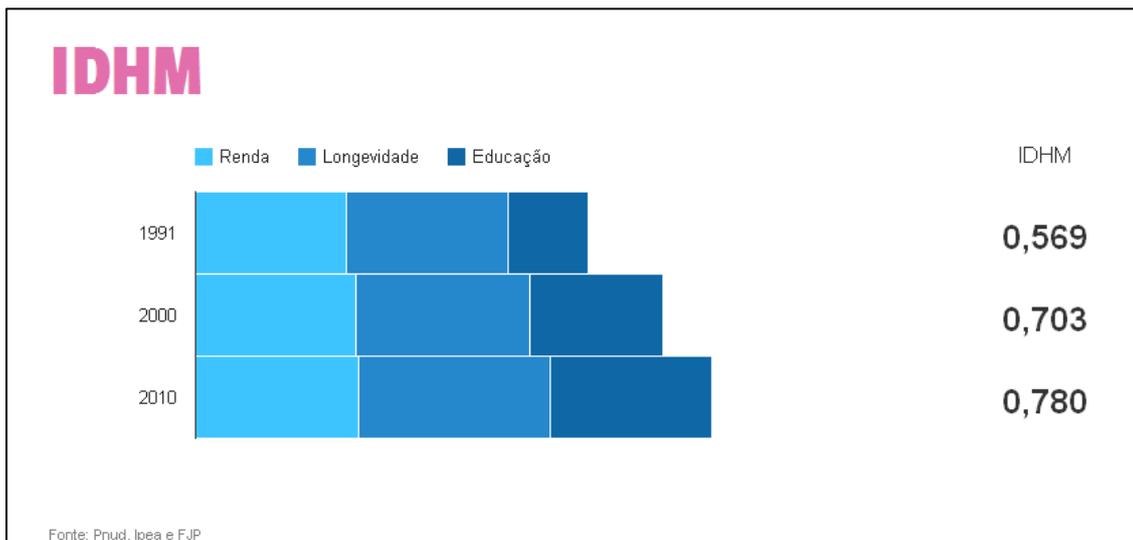
Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Birigui – SP.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,366	0,605	0,734
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	32,67	45,35	60,77
% de 5 a 6 anos na escola	38,85	77,80	98,07
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	65,68	86,40	89,07
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	32,15	68,38	77,00
% de 18 a 20 anos com médio completo	18,17	47,09	58,47
IDHM Longevidade	0,737	0,791	0,869
Esperança de vida ao nascer (em anos)	69,24	72,43	77,14
IDHM Renda	0,683	0,726	0,743
Renda per capita	561,47	734,42	812,51

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Acesso em 03/09/2014.
http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/birigui_sp.

Gráfico 2 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Birigui-SP.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Acesso em 03/09/2014. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/birigui_sp.

Quanto aos aspectos econômicos, o município de Birigui contempla diversos setores produtivos. Além da indústria calçadista, Birigui também se destaca no setor de serviços, setor moveleiro e metalúrgico. Na agricultura, as produções de milho, arroz e soja são as mais abundantes.

Dados levantados pela Secretaria da Indústria, Comércio e Agronegócio⁴ apontam que, hoje, Birigui conta com 1.239 estabelecimentos industriais (segmentos de calçados, vestuário, metalurgia, moveleiro, aviônico), 3.128 estabelecimentos comerciais e 2.836 prestadores de serviços.

Ainda, de acordo com os cadastros municipais, no ano de 2013, foi registrada a abertura de 1.549 empresas, de todos os portes. No decorrer de 2014, este número corresponde a 446 aberturas de CNPJ. Birigui possui um distrito industrial já implantado e em funcionamento, destinado aos segmentos da metalurgia e moveleiro. Outro já se encontra em fase de instalação, com previsão de seu funcionamento até o final de 2014, com 100 lotes para destinação múltipla.

Segundo informações do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), a renda *per capita* média de Birigui cresceu 44,71% nas últimas duas décadas, passando de R\$561,47 em 1991 para R\$734,42 em 2000 e R\$812,51 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 30,80% no primeiro período e 10,63% no segundo. A extrema pobreza

⁴ Dados da Prefeitura Municipal de Birigui (2014).

(medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 0,62% em 1991 para 0,50% em 2000 e para 0,35% em 2010. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini (que mede o grau de concentração de renda, varia de 0 a 1, sendo que mais próximo de 1 indica a completa desigualdade) passou de 0,47 em 1991 para 0,52 em 2000 e para 0,42 em 2010.

Tabela 3 – Renda, Pobreza e Desigualdade - Birigui-SP.

	1991	2000	2010
Renda per capita	561,47	734,42	812,51
% de extremamente pobres	0,62	0,50	0,35
% de pobres	6,44	5,41	2,24
Índice de Gini	0,47	0,52	0,42

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Acesso em 03/09/2014.
http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/birigui_sp.

Em relação aos dados da vulnerabilidade social em Birigui, tanto no que diz respeito a crianças e jovens, família, trabalho, renda, moradia, observa-se que houve melhoras. Destaque para dados de mortalidade infantil e da presença das crianças na escola.

Tabela 4 – Vulnerabilidade Social em Birigui-SP.

	1991	2000	2010
Crianças e Jovens			
Mortalidade infantil	24,90	18,80	11,70
% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	-	49,76	7,21
% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	15,74	2,91	1,96
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	5,90	2,49
% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos	0,47	0,41	0,22
% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos	4,08	5,49	2,84
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	6,01	4,83
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos	7,99	8,60	10,82
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	1,37	1,22	0,76
% de crianças extremamente pobres	0,86	0,87	0,78
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	28,16	20,40	9,91
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	34,64	25,81
Condição de Moradia			
% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	0,00	0,08	0,09

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Acesso em 03/09/2014.
http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/birigui_sp.

O município de Birigui vem se preocupando de maneira efetiva com a população em vulnerabilidade social. Através da Secretaria Municipal de Assistência e desenvolvimento Social, vários programas são desenvolvidos, como: hortas comunitárias, agricultura comunitária urbana, Arte de Crescer (assistência à criança), o Renda Cidadã, Bolsa Família e CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) localizado em áreas de alta vulnerabilidade social. Além dos citados projetos, existem os Conselhos Municipais, voltados para diversas causas: antidrogas, a questão da mulher, idosos, crianças e adolescentes e portadores de deficiência.

Em relação aos aspectos culturais, a cidade se destaca pela promoção de diversos projetos, como exposições, feira de artesanato nos fins de semana (Domingo na Praça), ensaio aberto de banda nos bairros, dentre outros. A Casa de Cultura promove apresentações dos corais Vox Infantil, Vox Juvenil e Vamos Cantar, bem como da Banda Marcial de Birigui, Retreta da Corporação Musical Maestro Antônio Passarelli, além de oficinas culturais de dança, desenho, de instrumentos de sopro, pintura em tela e artesanato. Os artistas plásticos da cidade expõem seus trabalhos no Centro Cultural, o qual abriga também o Museu Municipal. O Departamento de Cultura promove, ainda, o desfile cívico-militar de Sete de Setembro e o desfile comemorativo do aniversário da cidade.

2.2 Caracterização do Câmpus Birigui

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus Birigui

SIGLA: IFSP - BRI

CNPJ: 10.882.594/0014-80

ENDEREÇO: Rua Pedro Cavallo, 709 – Residencial Portal da Pérola II – Birigui/SP

CEP: 16.201 - 407

TELEFONES: (18) 3643 1166; (18) 3643 1160.

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: bri.ifsp.edu.br

DADOS SIAFI: UG 158525

GESTÃO: 26439

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO: Portaria Ministerial nº. 116, de 29/01/2010

2.3 Cursos Oferecidos no Instituto Federal de São Paulo – Câmpus Birigui

Quadro 1 – Cursos Oferecidos no Instituto Federal de São Paulo Câmpus Birigui. 2015.
(Técnico Concomitante, Técnico Integrado ao Ensino Médio, Cursos Superiores).

Nome do curso	Modalidade	Quantidade Turmas		Turno(s) de funcionamento	Local de funcionamento
		1º Semestre	2º Semestre		
Administração	Integrado – Parceria SEE-SP	1	1	Integral	Birigui
Informática	Integrado – Parceria SEE-SP	1	1	Integral	Birigui
Administração	Técnico Concomitante/Subs.	3	3	Noturno	Birigui
Automação	Técnico Concomitante/Subs.	3	4	Noturno	Birigui
Tecnologia em Sistemas para Internet	Tecnólogo	3	3	Noturno	Birigui
Tecnologia em Mecatrônica	Tecnólogo	3	3	Noturno	Birigui
Matemática	Licenciatura	6	6	Noturno	Birigui
Física	Licenciatura	3	3	Noturno	Birigui

Organização: PALOMO, Vanessa de Souza (2015).

Quadro 2 – Cursos Oferecidos no Instituto Federal de São Paulo Câmpus Birigui. 1º Semestre de 2016.
(Técnico Concomitante, Técnico Integrado, Cursos Superiores).

Nome do curso	Modalidade	Quantidade de turmas	Turno(s) de funcionamento	Local de funcionamento
Administração	Integrado	1	Integral	Birigui
Informática	Integrado	1	Integral	Birigui
Administração	Técnico Concomitante/Subs.	3	Noturno	Birigui
Automação	Técnico Concomitante/Subs.	4	Noturno	Birigui
Tecnologia em Sistemas para Internet	Tecnólogo	3	Noturno	Birigui
Tecnologia em Mecatrônica	Tecnólogo	3	Noturno	Birigui
Matemática	Licenciatura	5	Noturno	Birigui
Física	Licenciatura	4	Noturno	Birigui

Organização: PALOMO, Vanessa de Souza (2016).

Para tanto, o câmpus conta com uma biblioteca, um auditório, salas teóricas, laboratórios de informática, laboratórios de pneumática, de eletrônica/eletricidade, usinagem, laboratório CNC, de máquinas e acionamentos elétricos, laboratórios de Física e de Ensino de Matemática.

2.4 Contexto Escolar

A presença do IFSP em Birigui permite a ampliação das opções de qualificação profissional e formação técnica e tecnológica para as indústrias e serviços da região, por meio de educação gratuita e de qualidade.

Como o município está localizado em uma região industrializada, a maioria dos discentes do Câmpus Birigui são trabalhadores oriundos de fábricas e do setor comercial. Por esse motivo, muitos de nossos cursos são oferecidos no período noturno, favorecendo o acesso da comunidade. Porém, em contrapartida, segundo dados do ⁵Planejamento Estratégico realizado no 1º Semestre de 2015, o maior motivo de evasão dos alunos da instituição se refere à necessidade de trabalhar, e a conciliação entre estudar e trabalhar se torna uma barreira à continuidade dos estudos. Esse é um desafio constante para a realidade institucional do Câmpus Birigui.

No âmbito social, o câmpus vem atendendo, por meio do Programa de Assistência Estudantil, alunos em vulnerabilidade social, situação econômica característica do perfil geral discente, em sua maioria, oriundo de escolas públicas. Entre os anos de 2014 e 2015, foram cerca de 400 alunos assistidos, considerando também o Núcleo Avançado de Assis, essencialmente nas modalidades transporte e alimentação.

Nos cursos superiores, a solicitação de auxílio na modalidade moradia é uma realidade, em decorrência da recepção de alunos de outras cidades. Em 2014, foram contemplados casos pontuais de auxílio saúde e apoio ao estudante pai. Em 2015, foram atendidos cerca de 160 alunos, em sua maior parte nas modalidades alimentação e transporte. Além disso, cerca de 40 auxílios foram concedidos para compra de material ao estudante.

É realizado o suporte pedagógico, social e psicológico aos alunos por meio da Coordenadoria Sociopedagógica. As intervenções são realizadas em atividades individuais e grupais relacionadas a questões de aprendizagem, comportamentais e de evasão.

⁵ Planejamento estratégico – 1º Semestre de 2015 – Dados organizados pela Coordenadoria Sociopedagógica do Câmpus Birigui.

O Câmpus Birigui, além da população do município, atende as populações de municípios vizinhos, como Araçatuba, Brejo Alegre, Buritama e Penápolis, entre outros.

2.5 Recursos Humanos

2.5.1 Corpo Docente

Quadro 3 – Corpo docente e dados de formação acadêmica.

Nº	DOCENTE	FORMAÇÃO GRADUAÇÃO	FORMAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO	FORMAÇÃO MESTRADO	FORMAÇÃO DOUTORADO
01	Adriano de Souza Marques	Engenheiro da Computação		Engenharia Mecânica	
02	Alexandre Alves de Lima Ribeiro	Engenheiro Eletricista/Engenharia Elétrica	Computação/Desenvolvimento de Software	Ciências/Ciências de Computação e Matemática Computacional	Engenharia Elétrica/Automação
03	Allan Victor Ribeiro	Licenciatura Plena em Física		Ciência e Tecnologia dos materiais	
04	Aline Graciele Mendonça	Licenciatura em Pedagogia	Pós Lato sensu Produção de texto	Mestrado em Educação	
05	Andreia Aparecida Cecílio	Licenciatura em Química			
06	Andreia de Alcântara Cerizza	Administração de Empresas	1.Administração Empresarial/2.Educação Ambiental	Desenvolvimento Local	Desenvolvimento territorial
07	Antonio Luceni dos Santos	Licenciatura em Artes Visuais		Mestre em Letras	
08	Berance Maria de Lima Torquato	Bacharel em Administração		Mestrado em Administração	
09	Caio César Pinto Santana	Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa	Pós Graduação Lato Sensu em Língua Brasileira de Sinais		
10	Carlos Eduardo de S. Zambon	Ciência da Computação		Gerenciamento de sistemas de informação	
11	Cássio Agnaldo Onodera	Ciência da Computação		Engenharia Elétrica	
12	Cássio Stersi dos Santos Neto	Tecnologia em processamento de Dados	Métodos Quantitativos Aplicados	Ciencia da Computação	

13	Danilo Pazian Paulo	Engenharia elétrica	Gestão Pública		
14	Deidimar Alves Brissi	Lic. Em Física		Física e Astronomia	
15	Diego Augusto Lopes da Silva	Licenciatura em Ciências Biológicas		Mestre em Biologia Celular e Estrutural	
16	Donizete Aparecido Buscatti Junior	Licenciatura em Física		Mestre em Educação para Ciência	
17	Eder Fonzar Granato	Eng. Industrial Mecânico, Licenciatura Plena em Matemática	Didática, Auditoria e Gestão Ambiental, Finanças e Controladoria	Engenharia Mecânica	
18	Edmar César Gomes da Silva	Tecnólogo em processamento de dados	Análise e projeto de sistemas	Engenharia de produção	
19	Eduardo César Catanozi	Licenciatura em Letras Português e Espanhol		Mestre em Letras	Doutor em Letras
20	Eduardo Gomes da Silva	Licenciatura em Matemática		Mestrado Profissional em Matemática	
21	Eduardo Shiguelo Hoji	Engenharia Eletrica		Engenharia Elétrica	Engenharia Elétrica
22	Érica Alves Rossi	Licenciatura em Letras		Mestrado em Letras	
23	Fernando dos Anjos Malhado Rosa	Bacharel em Administração	MBA em Gestão Empresarial		
24	Francisco Sérgio dos Santos	Tecnólogo em Processamento de Dados	Informática	Eng Produção	
25	Glauber Eduardo Gonçalves	Ciências Economias		Mestrado em Economia	
26	Graciliano Antônio Damazo	Engenharia elétrica/ Licenciatura em Matemática		Mestrado em Engenharia Elétrica – Automação	
27	Gustavo Jorge Pereira	Licenciatura em Matemática		Mestrado em Matemática	
28	Helen de Freitas Santos	Tecnólogo em Proc. De Dados		Ciencia da Computação	
29	Igor Lebedenco Kitagawa	Licenciatura em Física		Ciência e tecnologia de materiais	

30	João da Mata Santos Filho	Bacharel e Licenciatura Plena em Matemática		Mestrado em Matemática	
31	João Paulo Crivellaro de Menezes	Engenharia Elétrica	Engenharia de Redes e Sistemas de Telecomunicações	Engenharia Elétrica	
32	Jonny Max Catarino	Tecnólogo em Mecânica		Mestrado	
33	Karina Mitiko Toma	Ciência da Computação	Análise de Sistemas	Ciência da Computação	
34	Leandro Vinícius da Silva Lopes	Licenciatura em Física		Mestre em Ciências	
35	Lidiane Ap. Longo e Garci Gonçalves	Bacharel em direito		Direito político e econômico	
36	Lívia Teresa Minami Borges	Licenciatura em Matemática		Mestrado em Matemática	
37	Luciana Leal da Silva Barbosa	Bacharel em ciências da computação		Mestrado – Ciência da Computação	
38	Luciano Tiago Bernardo	Ciências Econômicas	Gestão Estratégica de Marketing	Geografia	
39	Lucilene Estavare da Silva	Tecnólogo em Proc. De Dados	Administração e Estratégia Empresarial		
40	Luiz Fernando da Costa Zonetti	Física		Física	
41	Maira Peres Alves Santim	Licenciatura em Matemática		Automação	
42	Manuella Aparecida Felix de Lima	Licenciatura em Matemática		Matemática Aplicada	
43	Márcia Maria Teresa Baptistella	Tecnologia em processamento de Dados	Pós em Análise de Sistemas com Ênfase em Desenvolvimento e Gerência de Projetos de Sistemas de Informação	Engenharia da Produção	
44	Marco Akio Ikeshoji	Engenharia Elétrica		Eletrônica de Potência	
45	Marcos Roberto Leite da Silva	Licenciatura em Filosofia	Pós-Graduação em Comportamento Organizacional e Gestão Empresarial	Mestre em Educação	Doutor em Educação

46	Marcos Roberto Ruybal bica	Engenharia Eletrônica	Engenharia Mecatrônica		
47	Murilo Vargas da Silva	Tecnologia em Processamento de Dados	Tecnologia da Informação	Mestrado	
48	Naylor Garcia Bachiega	Tecnologia em Processamento de Dados	Tecnologia de Redes e Computadores	Mestrado em Ciência da Computação	
49	Nelson Rodrigo Pedon	Licenciatura em Geografia			Doutor em Geografia na Área de Produção do Espaço Geográfico
50	Rachel Mariotto	Licenciatura em Matemática		Mestre em Educação Matemática	
51	Rafael Paiva Garcia	Engenharia Mecânica		Mestrado em Engenharia Mecânica	
52	Régis Leandro Braguim Stábile	Licenciatura em Matemática		Matemática	Matemática
53	Renato Correia de Barros	Ciência da Computação			Agronomia (energia na agricultura)
54	Renato Kendy Hidaka	Licenciatura em Ciências Sociais		Mestre em Ciências Sociais	
55	Robert Pasquale Paulo Pentagna	Engenharia Mecânica		Engenharia Industrial	
56	Roberto Rillo Bíscaro	Letras (Português/Inglês)		Dramaturgia Norte-Americana	Dramaturgia Norte-Americana
57	Robson de Miranda Soares	Engenharia Metalúrgica	Controle de Qualidade	Engenharia de Materiais	Engenharia de Materiais
58	Rodolfo Butcher	Administração	Recursos Humanos	Gestão estratégica	
59	Rogério Pinto Alexandre	Tecnologia em Processamento de Dados	Métodos Quantitativos Aplicados	Engenharia Mecânica	Doutorado
60	Rosângela Peregrina Sanches	Licenciatura em Matemática		Biometria	
61	Rubens Arantes Correa	Licenciatura em História		Mestre em Ciências Sociais	Doutor em História
62	Tania Regina Bonfim	Licenciatura em Educação Física		Mestre em Ciências da Motricidade	

63	Valtemir de Alencar e Silva	Bacharel em ciências da computação	Mba em negócios na internet	Engenharia de produção	
64	Vicente Gerlin Neto	Engenharia Mecânica		Mestre em Engenharia Mecânica	
65	Wellington de Lima Nogueira	Engenharia Mecatrônica			
66	Zionice Garbelini Martos Rodrigues	Licenciatura em matemática		Educação matemática	Educação matemática

Organização: PALOMO, Vanessa de Souza (2016).

2.5.2 Corpo Administrativo

Quadro 4 – Corpo técnico administrativo e dados de formação acadêmica.

Nº	TÉCNICO ADM	GRADUAÇÃO/CURSO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	SETOR
01	Adriano Muniz Bitencourt Lemos	Tecnólogo em RH				CAE
02	Alex Alves dos Santos	Bacharel em Ciências Contábeis	MBA em Gestão Pública			CAD
03	Amanda Martins Moraes	Bacharelado em Biblioteconomia	Especialização em Biblioteconomia			CBI
04	Ana Carolina Silva Ura	Bacharel em Administração				CAD
05	Ana Carolina Steffen Figueiredo	Licenciatura em Pedagogia				CSP
06	Ana Caroline Avanço	Bacharel em Administração				CAD
07	Anderson Gustavo Lahr	Lic. Em letras	Administração Pública			CRE
08	Anderson Bernardes Cherci	Técnico em Mecatrônica				TME
09	Antonio Batista de Sousa	Técnico de contabilidade				CAD
10	Aquiles Cristiano Clemente Dotta	---				CAD

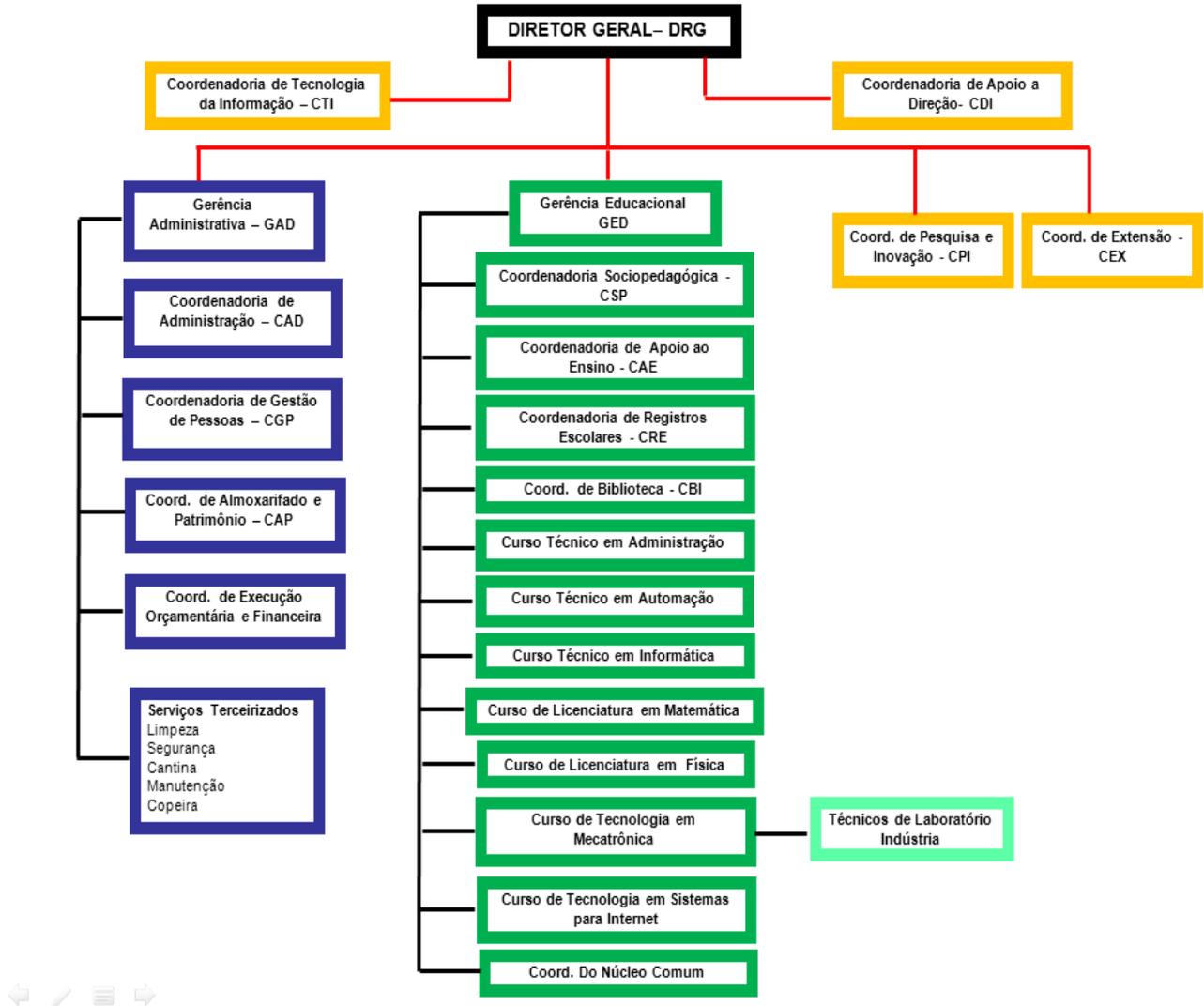
11	Arthur Bragadini Faustini	Engenharia Mecatrônica				TME
12	Carlos Roberto Bernardo Pereira	---				CTI
13	Carmen Izaura Molina Correa	Psicologia	Saúde Mental	Mestrado em Educação	Doutorado em Educação	CSP
14	Daniela Galera Castilho	Serviço Social	Educação Inclusiva			CSP
15	Denis Contini	Bacharel em Engenharia da Computação	Redes Computadores			CTI
16	Edilaine Cristina Scarpin dos Santos	Tecnólogo em processamento de dados				CRE
17	Edilson César da Cruz Junior	Técnico em Automação Industrial				TME
18	Edvan Ferreira dos Santos	Cursando Matemática				CBI
19	Filipe Santos de Almeida	Cursando Tecnol. em desenv. de sistemas				CEX
20	Guilherme Grossi	Cursando Engenharia Mecatrônica				CAD
21	Gustavo Rodrigues Marques	Engenharia Civil				CAD
22	Heloisa Santa Rosa Stabile	Tecnólogo em Proc. De Dados	Gestão Educacional			CGP
23	Jeandro Jose Batista Moreira	Bacharel em Direito				CGP
24	Jose Carlos de Pedro	Licenciatura em Matemática				CAP
25	Leandro Aparecido de Souza	Letras: português/espanhol	Educação Empreendedora			CRE
26	Lucas Rinaldini	Lic. Em letras/história	Assessoria biblica			CAE
27	Maira Pincerato Andózia	Letras	Psicopedagogia			CSP
28	Márcia Lucinda Rodrigues	Ensino Médio				CRE

29	Marileide Andrade de Jesus Rocha	Licenciatura em Letras Inglês	Literatura Brasileira e PROEJA			CRE
30	Michele Oliveira da Silva	Licenciatura em Pedagogia		Educação	Educação	CSP
31	Paulo Cezar Ribeiro de Noronha Filho	Administração de Empresas				CBI
32	Paulo Glaucio Scalambra Montanher	Licenciatura em Letras				CAE
33	Rafael Ferreira dos Santos	Bacharel em Informática	Supervisão e Inspeção Escolar			CAE
34	Rafael Straiotto Mindin	Pedagogia e Filosofia	Libras			CSP
35	Rafael Vedovotto Luz	Fisioterapia				CAP
36	Renato Felix Lanza	Licenciatura em História	Formação Docente para o Ensino Superior			CAE
37	Ricardo Jungi Onohara	Analista de Sistemas	Tecnologias na Educação			CTI
38	Silvania Gallo Andreazi	Bacharel em Comunicação Social	Comunicação Empresarial			CDI
39	Tiago Augusto Rossato	Administração de Empresas				CAD
40	Valdecir Fagundes Prates	Administração de Empresas				CAE
41	Vanessa de Souza Palomo	Licenciatura em Geografia	Especialização em Geografia para professores do ensino fundamental e médio	Mestrado em Geografia		CAE
42	Viviane Renata Ventura Rissi	Biblioteconomia	Administração de RH			CBI

Organização: PALOMO, Vanessa de Souza (2016).

2.6 Coordenadorias – Organograma do Câmpus Birigui

Figura 2 – Estrutura organizacional do Câmpus Birigui



3. PRESSUPOSTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DO CÂMPUS BIRIGUI

3.1 Ética e cidadania

A LDB 9394/96 enfatiza, em diversas passagens, a relação indissociável entre educação e cidadania, evidenciando como finalidade precípua da educação o preparo do educando para o exercício da cidadania.

Sob esse prisma, o Instituto Federal de São Paulo, Câmpus Birigui objetiva implantar o que Gadotti (2003, p. 54) denomina “escola cidadã”, isto é, uma escola pública universal – igual para todos, mas que, simultaneamente, respeite a multiculturalidade, observando as diferenças locais e regionais.

Por esse viés, busca-se garantir a todos o acesso a uma educação de qualidade, livre de discriminações e preconceitos; propagar o conhecimento historicamente acumulado e propiciar ao educando autonomia para encontrar a solução para seus questionamentos. Vale destacar que tais preceitos estão consubstanciados nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

O Instituto Federal de São Paulo, Câmpus Birigui tem, portanto, a pretensão de formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, bem como do papel social de cada um como agente capaz de transformar, por intermédio do conhecimento, o meio no qual está inserido. Nesse sentido, entende que para alcançar tais objetivos é essencial que seja propiciado, dentro da escola, um espaço democrático para discussão e reflexão de problemas sociais, estimulando o pensamento crítico, bem como a criatividade para solucionar esses problemas, proporcionando, assim, a formação do cidadão participativo.

Para concretizar a formação cidadã de seus alunos, a escola deve estimular o potencial criativo e inovador de seus professores para ministrarem os conteúdos de forma interdisciplinar e contextualizados histórica, cultural e socialmente, a fim de propiciar aos educandos um elo entre o conhecimento teórico e a aplicação no mundo exterior. Quanto ao termo interdisciplinaridade, o compreendemos consoante com as ideias de Zabala (1998, p. 143):

A interdisciplinaridade é a interação entre duas ou mais disciplinas, que pode ir desde a simples comunicação de ideias até a integração recíproca dos conceitos fundamentais e da teoria do conhecimento, da metodologia e dos dados da pesquisa.

Ressalta-se que a interdisciplinaridade é uma realidade do Câmpus Birigui, trabalhada, por exemplo, na disciplina de Projeto Integrador do curso técnico em Administração.

Outra exigência social, cada vez mais incontestável, é o estreitamento das relações entre educação e ética, não apenas do ponto de vista das considerações teórico-acadêmicas acerca da ética, mas, sobretudo, no tocante a sua aplicação prática. Segundo Chauí (2009, p. 308), uma conduta ética pressupõe a existência de um agente consciente, ou seja, de um ser dotado de consciência moral, sendo esta “a capacidade para avaliar e pesar as motivações pessoais, as exigências feitas pela situação, as consequências para si e para os outros, a conformidade entre meios e fins e a obrigação de respeitar o estabelecido ou de transgredi-lo”.

A esse respeito, o Instituto Federal de São Paulo, Câmpus Birigui entende que todos os servidores e o corpo discente devem atentar-se aos preceitos éticos em todos os atos que praticarem, agindo com respeito pelas pessoas, zelando pela beneficência (maximizando benefícios e minimizando os danos) e primando sempre pela justiça (imparcialidade nos julgamentos e na distribuição dos riscos e benefícios). (VASCONCELLOS, 2009, p. 58-59).

3.2 Inclusão Social

Uma sociedade democrática é incompatível com a exclusão social. Exclusão social, na área da educação, foi definida por Mattos (2012, p. 219) como “[...] imagens adquiridas ao longo de um processo histórico e social do sistema educativo, que, paternalista e assistencialistamente, perpetuou episódios de fracasso escolar nas crianças de classes populares”. A partir dessa definição, pode-se afirmar que a exclusão social não é um fenômeno isolado e está relacionado ao contexto social, ou seja, o excluído de uma época não é necessariamente o mesmo de outra época ou lugar (SPOZATI, 2000). Assim, não existe um único grupo de excluídos e, conseqüentemente, não há uma única política inclusiva eficiente a todos (FONSECA, 2014).

Nesse mesmo contexto, é praticamente impossível que o excluído, por si só, possa reagir contra a exclusão, já que ele está à margem da sociedade e dificilmente conseguirá lutar sozinho contra a ordem social cristalizada de paternalismo e assistencialismo que o

exclui. O combate à exclusão social é uma função social e a instituição escolar tem a responsabilidade de identificar e implantar ações culturais de inclusão, construir práticas inclusivas e formular políticas que permitam o acesso de todos à educação de qualidade (MATTOS, 2012).

A exclusão social não se restringe à questão socioeconômica, pode ter relação ao sexo, origem racial, condições físicas, sociais, entre outras (SPOZATI, 2000). O fracasso escolar não é o único fator que define o desemprego e a exclusão social; no entanto, em um contexto geral, pode-se afirmar que é um importante indicativo na vida das famílias de classes populares que, sem qualificação, são as principais afetadas pela rotatividade da mão de obra e pela necessidade constante de qualificações para o trabalho (PDI, 2014-2018). No ambiente escolar, a dificuldade econômica dos alunos, que na maioria das vezes, é consequência da exclusão social vivida por seus pais, inviabiliza a continuidade dos estudos gerando uma herança anunciada de exclusão para os indivíduos das próximas gerações. Por um lado, a falta de formação e qualificação para o mundo do trabalho não é a única questão que precisa ser resolvida para findar-se a exclusão social, mas, por outro lado, a educação é a principal via para formar cidadãos (SPOZATI, 2000).

Sabendo da sua responsabilidade enquanto instituição escolar, reiterando o direito de educação a todos (BRASIL, 1996) e admitindo que sem educação é impossível que a inclusão social aconteça, o Câmpus Birigui oferta educação profissional por meio de cursos de nível técnico, nas modalidades integrado, subsequente e concomitante ao ensino médio, cursos superiores de Licenciaturas, Tecnológicos e PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos), além de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) (PDI 2014-2018). Possui uma organização pedagógica verticalizada, que inicia na educação básica até a educação superior. Essa organização objetiva favorecer a interação entre docentes e discentes de diferentes níveis de ensino, visando agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho. O objetivo é formar “[...] cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível” (PACHECO, 2010, p. 24).

A educação para o trabalho busca construir conhecimento a partir da sua realidade. Nessa perspectiva, “[...] é uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente” (PACHECO, 2010, p. 24).

O Câmpus Birigui oferece o programa de Assistência Estudantil, que inclui auxílios financeiros para alimentação, saúde, moradia, transporte, material didático-pedagógico e apoio aos estudantes pais e mães, com o objetivo de favorecer a permanência dos alunos em vulnerabilidade social. Além disso, dispõe de outros programas, como bolsa ensino, bolsa de iniciação científica, bolsa de extensão, bolsa de iniciação à docência.

Salienta-se que assistência não é o mesmo que assistencialismo (CARDOSO, 2004); o auxílio tem a finalidade de atender aqueles indivíduos que por si só não conseguiriam modificar uma situação imposta a eles, e o assistencialismo é para mantê-los na situação em que já se encontram.

Além do auxílio financeiro, há outras ações praticadas pela comunidade escolar com o intuito de minimizar a evasão, como atendimento pedagógico, psicológico e social, atendimento e intervenção dos professores em sala e em horários específicos, reuniões pedagógicas com direção, gerente educacional, docentes e técnicos administrativos da área da educação.

Em outras palavras, os programas oferecidos pelo Câmpus Birigui têm o objetivo de oferecer oportunidades para que o indivíduo não apenas ingresse, mas permaneça na Instituição, obtenha uma qualificação, desenvolva suas competências e seja incluído socialmente.

3.3 Gestão Democrática

Conciliar pontos de vista, histórias de vida, avanços e limites no processo ensino e aprendizagem, prezar pela qualidade do ensino, atender determinações de instâncias superiores são alguns dos pressupostos da administração escolar. Lidar com essa gama de possibilidades é um desafio. Nesse contexto, existem alternativas possíveis, baseadas em “laços de solidariedade, que consubstanciam formas coletivas de trabalho, instituindo uma lógica inovadora no âmbito das relações sociais” (BRUNO, 2009, p. 44).

A gestão democrática se consolida numa prática e num contexto que vai além de mero atendimento aos requisitos burocráticos de uma legislação. Esse modelo de gestão se

propõe superar uma visão hierárquica das decisões na instituição escolar, visto ser um processo árduo de diálogo com a comunidade escolar, sejam os estudantes, professores, funcionários, pais/responsáveis e sociedade em geral. Uma efetiva gestão escolar se faz na relação com o outro, “[...] todos aqueles que interagem com educandos são educadores [...] professores, técnicos, funcionários são todos trabalhadores em educação e suas atuações na escola devem ser integradas pedagogicamente” (PACHECO, 2010, p. 9).

Gerir democraticamente uma instituição escolar requer conhecer a história da educação nesse país, e, sobretudo, a conjuntura política nos âmbitos da administração pública (federal, estadual, municipal). Uma análise crítica das políticas públicas em educação permite aos gestores uma concreta leitura da realidade. A figura do gestor da instituição escolar é de um agente fundamental no processo: “Por meio da direção é canalizado o trabalho conjunto das pessoas [...] a direção põe em ação o processo de tomada de decisões na organização e coordena os trabalhos, de modo que sejam realizados da melhor maneira possível”. (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003, p. 438). Nesse sentido, o gestor se torna um facilitador das relações que se travam no ambiente escolar.

Leva-se em conta, ainda, que a organização educacional também é permeada por elementos informais, ou seja, comportamentos, opiniões, ações e formas de relacionamento que surgem, espontaneamente, entre os membros do grupo. É a denominada cultura organizacional (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003, p. 439). Para os autores:

Pode ser definida como o conjunto de fatores sociais, culturais e psicológicos que influenciam os modos de agir da organização como um todo e o comportamento das pessoas em particular. Isso significa que, além daquelas diretrizes, normas, procedimentos operacionais e rotinas administrativas que identificam as escolas, há aspectos de natureza cultural que as diferenciam umas das outras, não sendo a maior parte deles nem claramente perceptível nem explícita.

Em nossa realidade há que se avançar para uma efetiva gestão democrática. Cabe ressaltar que esse processo visa um bem comum e não o atendimento às necessidades individuais. A efetivação do Conselho de Câmpus contribuirá de maneira eficaz para a descentralização das decisões. Esse modelo precisa avançar não apenas para pressupostos

pedagógicos ou organizacionais na tomada de decisão, mas também se estendendo à rotina administrativa (contratos, recursos humanos, compra de materiais e outras rotinas).

A intervenção no processo didático-pedagógico se completa, no âmbito da escola, com a participação organizada dos pais ou responsáveis e da comunidade, especialmente através de suas organizações sindicais e populares. Esta ocorre principalmente no âmbito do Conselho-Diretor, instituição autônoma e instância máxima da instituição educacional. Os Conselhos Diretores, órgãos coletivos e expressão legítima da comunidade em seu conjunto, devem se constituir como definidores da identidade de cada unidade e gestores da integração desta com a sociedade (PACHECO, 2010, p. 9).

A lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008) apresenta os pressupostos da autonomia institucional de cada instituto. Legitimado como autarquia, por sua natureza jurídica, tem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, como também, para criar e extinguir cursos, podendo registrar os diplomas. Os Institutos Federais exercem o papel de instituições acreditadoras e certificadoras; são equiparados às Universidades Federais, sobretudo, nas disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da educação superior (PACHECO, 2010, p. 25). Ressaltamos que, enquanto esfera federal de educação, existe uma autonomia maior com relação às práticas educacionais, em comparação a outras esferas da educação.

Ainda para Pacheco (2010, p.26), pensando a partir da escala local, a conquista da autonomia,

[...] passa pela mudança nas relações e vínculos entre professores, alunos, escola e comunidade. A travessia de uma organização burocrática para uma democrática é lenta, pois envolve mudanças de mentalidade e cultura escolar, passando, necessariamente, pelo conhecimento e diálogo com os projetos de vida e de sociedade tanto dos sujeitos do cotidiano escolar como daqueles que deste não participam diretamente, mas que dele podem se beneficiar ou sofrer seus impactos.

Outra ação que destacamos como possibilidade é a criação de uma unidade executora (Caixa escolar), mais conhecida na esfera estadual e municipal como APM (Associação de Pais e Mestres). Essa unidade, além de prover recursos financeiros para a

instituição escolar, aproxima a instituição da sociedade em geral, sobretudo, das famílias dos estudantes.

Realização de reuniões, assembleias, eventos comunitários ou projetos de extensão são meios para que a gestão democrática ocorra na prática. Promover espaços de diálogo é fundamental. Assim, na visão de Pacheco (2010, p. 10), os Institutos Federais propõem “[...] não uma ação educadora qualquer, mas uma educação vinculada a um projeto democrático, comprometido com a emancipação dos setores explorados de nossa sociedade”.

3.4 Empreendedorismo

Para entender o conceito de empreendedorismo e seu papel dentro do contexto educacional, em especial, do IFSP, Câmpus Birigui, é importante que se busque uma compreensão mais abrangente sobre tal conceito, relacionando-o a uma instituição que se quer empreendedora e que almeja promover esse espírito ao longo da formação de seus alunos.

Dornelas (2008, p. 22) afirma que uma boa definição para empreendedorismo seja o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades, e a perfeita implementação dessas oportunidades conduz à criação de negócios de sucesso. Já sobre o termo empreendedor, o autor diz que existem muitas definições.

Segundo Chiavenato (2008, p.03), o termo empreendedor vem do francês *entrepeneur*, que significa aquele que assume riscos e começa algo novo. Esse autor defende que o empreendedor é a pessoa que inicia e/ou opera um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal. Ressalta, no entanto, que o espírito empreendedor está também presente em todas as pessoas que, mesmo sem fundarem uma empresa ou iniciarem seus próprios negócios, estão preocupadas e focalizadas em assumir riscos e inovar continuamente.

Na verdade, o empreendedor é a pessoa que consegue fazer as coisas acontecerem, pois é dotado de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e capacidade de identificar oportunidades. Com esse arsenal, transforma ideias em realidade, para benefício próprio e para benefício da comunidade. Por ter criatividade e um alto nível de energia, o empreendedor demonstra imaginação e perseverança, aspectos que, combinados

adequadamente, o habilitam a transformar uma ideia simples e mal estruturada, em algo concreto e bem-sucedido, no mercado. (CHIAVENATO, 2008, p.07)

Dornelas levanta uma questão que é crucial para definirmos os processos educativos e o modo como, em uma instituição, pode-se fomentar tal espírito empreendedor em benefício da comunidade. Ele se questiona se é possível ensinar empreendedorismo. O autor vai nos dizer que até alguns anos atrás, acreditava-se que o empreendedorismo fosse inato, que o empreendedor nascia com um diferencial e era predestinado ao sucesso nos negócios. Pessoas sem essas características eram desencorajadas a empreender. No entanto, ele afirma que isso é um mito, tal discurso mudou e, cada vez mais, acredita-se que o sucesso é decorrente de uma gama de fatores internos e externos ao negócio, do perfil do empreendedor e de como ele administra as adversidades que encontra no dia a dia de seu empreendimento.

Se ele é algo que pode ser aprendido, não poderá estar fora do ambiente escolar. Ademais, a escola tem que desenvolver um projeto empreendedor, articulado com as disciplinas dos cursos, presentes nos projetos de extensão, interagindo com a comunidade externa. Segundo Pacheco (2011, p. 11), a educação necessita de um projeto que busque a construção de uma nova sociedade alicerçada em igualdades: política, econômica e social.

Um projeto empreendedor exige a delimitação de metas e o planejamento de ações e estratégias para atingir seus objetivos, sem esquecer os aspectos social e coletivo, sabendo sempre articular, criar e liderar. Uma educação empreendedora deve oportunizar um espaço para a criatividade e a iniciativa, que valorize a possibilidade do sonho e a capacidade de projetar o futuro. Deve conhecer o seu entorno social e as características da comunidade escolar (BERLIM, 2006).

Ao analisar os cursos técnicos oferecidos pelo IFSP⁶, Câmpus Birigui, identifica-se que há uma preocupação em fomentar o espírito empreendedor em seus alunos. Está inserida em suas grades curriculares uma disciplina intitulada Empreendedorismo, que apresenta os conceitos básicos sobre o assunto e busca dar uma visão sistêmica sobre um plano de negócios, tanto no curso de Automação Industrial, quanto no de Manutenção e Suporte em Informática.

⁶ Foram analisados os Planos Pedagógicos dos cursos técnicos e tecnológicos do IFSP, campus de Birigui.

No curso técnico em Administração, o estudo e prática do conceito de empreendedorismo recebe atenção especial. Além de uma disciplina específica que compõe o terceiro semestre, os alunos, com a orientação de seus professores, desenvolvem um trabalho que visa integrar e contextualizar os conhecimentos adquiridos durante o curso, propondo o desenvolvimento de um projeto de abertura de um negócio.

No que se refere aos cursos superiores de tecnologia, o espaço para a discussão e apreensão dos conceitos de empreendedorismo também é garantido. No caso do curso de Tecnologia em Mecatrônica, esse estudo está intimamente relacionado à gestão da produção em uma disciplina oferecida no sexto semestre. Já no curso de Tecnologia em Sistemas para Internet, isso se verifica a partir da elaboração de estudos sobre plano de negócio.

Embora o conceito de empreendedorismo esteja intimamente ligado ao ambiente empresarial, ele carrega consigo a essência de uma postura que deve permear os processos educativos e suas instituições, em especial uma instituição educacional como o IFSP, a qual pretende atuar na formação integral do indivíduo. Além da discussão e formação empreendedora a partir da grade curricular dos cursos, ações da própria instituição devem promover essa postura. Uma forma de empreender é a criação de parcerias com outras instituições e empresas de nossa região, de modo a possibilitar vagas de estágio, criando um primeiro vínculo dos alunos com o mundo do trabalho. A promoção de cursos abertos à comunidade, que incentivem a inovação tecnológica, e cursos oferecidos via PRONATEC, como o que foi realizado em 2014 e atendeu 350 mulheres da região com o curso de panificação, são exemplos da atuação empreendedora de nosso câmpus, ainda que sejam iniciativas tímidas e precisem desenvolver-se com mais consistência.

3.5 Ensino

3.5.1 Processo de ensino e aprendizagem

De acordo com o PPI – Projeto Político Institucional (2014) do IFSP, os desafios da formação acadêmica e profissional vão além da formação técnica, uma vez que o objetivo não é preparar “um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o

mundo do trabalho” (IFSP, 2014, p. 145, grifo do autor). Cidadão capaz de atuar nesse mundo de maneira ativa e consciente.

Seguindo essa diretriz, o Câmpus Birigui considera a necessidade de o processo de ensino e aprendizagem ser significativo, contextualizado e vivenciado por práticas que valorizem o diálogo, a criticidade, a curiosidade e o debate de ideias. Trata-se de um processo dinâmico, que busca a construção do conhecimento, ultrapassando a visão tradicional, de transmissão apenas.

Portanto, as reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem realizado no câmpus partem da concepção teórica que considera o ser humano não como pronto e acabado, mas em processo de formação, conforme afirma Luckesi (2011a, p. 61), também contrário à teoria da pedagogia tradicional, ao elucidar como nossa prática pedagógica precisa estar alicerçada em:

[...] uma pedagogia cujo fundamento seja a compreensão de que o ser humano é um ser em processo de formação, em movimento, sempre com a possibilidade de atingir um resultado mais satisfatório no caminho da vida. Isso quer dizer que, se ele aprende, conseqüentemente se desenvolve; se não aprendeu ainda, pode aprender, se houver investimento para que aprenda.

Salientamos que considerar o aluno como um ser humano capaz de aprender não significa deixá-lo à sorte de práticas espontaneístas, ou, ainda, julgar que todos já possuem autonomia intelectual para aprenderem sozinhos. Em razão da diversidade de cursos do IFSP Câmpus Birigui, que abrange cursos técnicos de nível médio, superiores de tecnologia, formação de professores e também formação inicial e continuada (FIC) na modalidade PROEJA (educação profissional de jovens e adultos), é preciso repensar as práticas pedagógicas segundo cada realidade, o que já foi apontado no PPI do IFSP, ao descrever o trabalho com os conteúdos a serem desenvolvidos sistematicamente.

Os conteúdos, como conhecimentos sistematizados, não devem ser transmitidos, senão construídos na interação entre as pessoas e entre estas e o objeto de conhecimento, a partir das experiências prévias dos sujeitos envolvidos. Assim, o processo é vivo, dinâmico, buscando-se estabelecer as necessárias relações entre fatos, ideias e processos (IFSP, 2014, p.158).

Ressaltamos que o processo de ensino e aprendizagem envolve dois sujeitos: professor e aluno. O professor é responsável pelo processo de ensino e o aluno pelo processo de aprendizagem, ambos atuando articuladamente, não sendo o ensino centrado apenas em um ou em outro.

[...] A interação entre professor e alunos se dá pela atuação do professor como mediador entre o saber sistematizado e a prática social de ambos. O aluno é considerado um ser histórico, sujeito do processo, portador de uma prática social a ser problematizada e sistematizada coletivamente. Assim, o centro do processo não está nem no professor, como na abordagem da transmissão-assimilação, nem no aluno, como na abordagem do aprender a aprender, nem no planejamento, como na abordagem do aprender a fazer. O centro do processo desloca-se para a práxis social de ambos (Veiga, 2006, p. 94).

Diante desta definição, concordamos com o significado de educador e de educando defendido por Luckesi (2011b):

Na práxis pedagógica, o educador é aquele que, tendo adquirido o nível de cultura necessário para o desempenho de sua atividade, dá direção ao ensino e à aprendizagem (Luckesi, 2011b, p.144). [...] o educando é o sujeito que busca adquirir um novo patamar de conhecimentos, de habilidades e modos de agir. É para isso que busca a escola (Luckesi, 2011b, p.147).

3.5.2 Metodologias

A concepção teórico-pedagógica de uma educação crítica considera que: o ser humano está em processo de formação; a apropriação dos conhecimentos adquiridos pela sociedade ao longo dos tempos é essencial na formação dos sujeitos; e a criatividade no processo educativo visa ampliar esses conhecimentos e produzir novos como contribuição para a evolução da sociedade. Diante disso, deduz-se que as metodologias utilizadas em sala de aula precisam favorecer a participação ativa do aluno e propiciar a construção da autonomia intelectual, principalmente quando se fala de alunos da educação básica; também, favorecer o desenvolvimento do espírito crítico, do pensamento reflexivo, de pesquisador, principalmente quando se refere a alunos do ensino superior.

Tais proposições estão consoantes ao que determina a Lei nº 9394/1996, quando retrata as finalidades do ensino médio e do ensino superior; e, em acordo com essa concepção, o PPI (2014) ressalta:

No processo de ensino, entendemos que se deva priorizar uma **metodologia** que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, a participação efetiva do estudante na construção de seu conhecimento (IFSP, 2014, p. 158, grifo do autor).

Nesse sentido, o IFSP Câmpus Birigui, considerando a autonomia docente, aponta possibilidades metodológicas a serem realizadas, que propiciem uma aprendizagem mais significativa e contextualizada, em acordo com as apresentadas no PPI (IFSP, 2014, p. 159):

[...] aulas expositivas dialogadas, com apresentação de slides/transparências, explicação dos conteúdos, exploração dos procedimentos, demonstrações, leitura programada de textos, análise de situações-problema, esclarecimento de dúvidas e realização de atividades individuais, em grupo ou coletivas. Aulas práticas em laboratório. Projetos, pesquisas, trabalhos, seminários, debates, painéis de discussão, sociodramas, estudos de campo, estudos dirigidos, tarefas, orientação individualizada.

Enfatizamos o trabalho com situações-problema, não somente criadas pelo docente, mas identificadas e trazidas da própria realidade pelos alunos; também, os trabalhos em grupos, organizados homogênea ou heterogeneamente, de acordo com o objetivo da aula que, por sua vez, deve ser claro e considerar inclusive aspectos cognitivos e não apenas de sociabilidade; as aulas expositivas dialogadas, permitindo a participação crítica do aluno, com questionamentos e sugestões; e a demonstração didática nos laboratórios, em aulas práticas, defendida por Veiga (2011) como possibilidade de atividade conjunta de professores e alunos. Independente da metodologia adotada, o mais importante a considerar é a aprendizagem dos alunos.

Outro aspecto importante, também descrito no PPI, é a escolha dos recursos didáticos, que podem contribuir significativamente para a construção do conhecimento pelos alunos. O documento destaca:

[...] o uso dos laboratórios; a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação (TICs), tais como: gravação de áudio e vídeo, softwares, sistemas multimídias, robótica, redes sociais, fóruns eletrônicos, blogs, chats, videoconferência, suportes eletrônicos, Ambiente Virtual de Aprendizagem (Ex.: Moodle); assim como o uso dos mais diferentes recursos pedagógicos (quadro, flanelógrafo, cartaz, gravura, álbum seriado, slide, maquete...) e recursos culturais [...] (IFSP, 2014, p.160).

Salientamos que não se tratam de “receitas prontas”. Caso tais receitas fossem o foco, estaríamos na contramão de uma pedagogia que valoriza a criticidade, a criatividade, a contextualização com o meio social, o debate e a realidade na qual os sujeitos do processo (professor e alunos) estão envolvidos. Valorizamos principalmente a criatividade docente, para formação também de alunos criativos, pois, conforme consta no PPI, na atualidade precisamos de um currículo que “articule teoria e prática, o científico e o tecnológico, com conhecimentos que possibilitem ao aluno atuar no mundo em constante mudança, buscando a autonomia e desenvolvendo o espírito crítico e investigativo.” (IFSP, 2014, p. 157)

3.5.3 Avaliação da aprendizagem

Como afirma Luckesi (2011a, p. 13), “[...] o ato de avaliar é um componente essencial do ato pedagógico”, perpassando pelo planejamento, pela execução e pelo resultado final. Diante disso, assim como todo ato pedagógico, a avaliação da aprendizagem também se orienta de acordo com a concepção teórica educacional adotada pela instituição. Se defendemos uma prática pedagógica favorável à construção do conhecimento, à participação ativa do aluno no processo educativo e à formação crítica, precisamos desenvolver práticas avaliativas que propiciem o acompanhamento da aprendizagem em consonância com a concepção de educação desenvolvida nas metodologias de ensino. Trata-se de um processo interdependente e dialético.

Nessa concepção, a avaliação da aprendizagem vai além de apenas verificar resultados, trabalhando, com estes, de modo a acompanhar o aluno e a fazê-lo compreender que também faz parte do processo. Portanto, a avaliação precisa mostrar quais conteúdos o aluno precisa estudar mais e em quais apresenta mais facilidade. O professor precisa passar essa informação ao aluno, não apenas na forma de nota, mas como

devolutiva, com vistas dos resultados dos instrumentos avaliativos aplicados e reflexão sobre estes.

De acordo com a Lei 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu artigo 24, inciso V, alínea a, um dos critérios para verificação do rendimento escolar é a: “a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Em consonância com a legislação educacional e com a organização didática do IFSP, o Câmpus Birigui desenvolverá, em todos os níveis de ensino ofertados, uma avaliação da aprendizagem que considere a utilização de diversificados instrumentos avaliativos no decorrer do semestre, bem como a vista dos resultados aos alunos, possibilitando aos mesmos refletirem sobre seu aprendizado. Os instrumentos realizados também serão norteadores da ação docente, tanto para o acompanhamento da evolução dos alunos e o encaminhamento destes para estudos de recuperação, quanto para a reflexão sobre as metodologias utilizadas em sala de aula.

Quanto aos instrumentos avaliativos a serem utilizados no processo de avaliação da aprendizagem, considerando a autonomia docente para a escolha dos mesmos de acordo com o conteúdo, a turma e os objetivos da disciplina que leciona, sugerimos algumas possibilidades: prova escrita com questões dissertativas e/ou objetivas, seminários, relatórios, resenhas, prova situacional, análise de caso, projetos, portfólios, observação, mapas conceituais, autoavaliação. Considerando a concepção de educação adotada, mais importante do que os instrumentos avaliativos utilizados, são os objetivos definidos com a utilização deles e o trabalho posterior com seus resultados, para reflexão tanto docente quanto discente sobre o processo de ensino e aprendizagem.

3.6 Pesquisa

Na sua concepção, foi definido que os Institutos Federais devem atuar através das ações de ensino, pesquisa e extensão articuladas com parceiros, visando o desenvolvimento local e regional.

Finalidades da Pesquisa no IF (Seção II, Art. 6º):

VIII - Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

Objetivos da Pesquisa no IF (Seção III, Art. 7º):

- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

Com base nessas diretrizes, a pesquisa no Câmpus Birigui visa a realização de parcerias com empresas, poder público, instituições de ensino e sociedade, para desenvolver soluções que promovam o desenvolvimento científico e tecnológico local e regional.

A pesquisa no Câmpus Birigui ocorre nos diversos níveis organizados, desde a iniciação científica para o ensino médio, passando pela iniciação científica para o nível superior, até a Pesquisa Aplicada, sem negar outras possibilidades de pesquisa, mas sempre tendo sua contribuição para o desenvolvimento técnico e tecnológico.

Além das atividades da pesquisa, a divulgação desta ocorre através da participação dos pesquisadores em eventos (congressos, simpósios, seminários, etc) pelo próprio IF ou por outras instituições, além da publicação em revistas especializadas. Para que a pesquisa aconteça de forma organizada, são estruturados grupos de pesquisa, cadastrados no CNPq, por docentes do câmpus e, também, grupos de estudos, compostos por alunos, que participam de programas de iniciação científica, sob a orientação da Coordenadoria de Pesquisa e Inovação, com objetivo de promover o aumento qualitativo e quantitativo da produção científica, técnica e tecnológica, atendendo aos anseios da instituição.

3.7 Extensão

Segundo o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (FORPROEX, 2012), “A Extensão é um processo educativo, interdisciplinar, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Escola e outros setores da Sociedade” (FORPROEX, 2012).

Sendo assim, é função da extensão promover um espaço de discussão, debate e troca de saberes e experiências entre a comunidade interna e externa da instituição. Através do diálogo e da reflexão crítica, é possível identificar as necessidades da sociedade e

estabelecer estratégias para solucionar problemas, em conformidade com a capacidade científica e tecnológica do IFSP.

De acordo com a Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, art. 3º, inciso III, toda instituição educacional tem obrigação social, devendo promover a inclusão social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, o desenvolvimento econômico e social. Sendo assim, a instituição deve assumir o compromisso de formar e qualificar pessoas para atuarem de forma responsável, garantindo os valores democráticos para se tornarem cidadãos conscientes.

Assim, todo conhecimento gerado por uma instituição de ensino é um bem social, e deve ser utilizado pela sociedade para promover a transformação, a redução da desigualdade e a melhoria das condições de vida das pessoas. O Câmpus Birigui, através da coordenadoria de extensão, propicia o contato das pessoas da comunidade com o conhecimento produzido na instituição, através de estágios, cursos de curta duração, projetos de capacitação, etc.

4. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS

Como instituição de ensino, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP cumpre os objetivos da educação nacional, especialmente em relação à sua especificidade: educação básica, profissional e educação superior. Assim, caracteriza-se pela “oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”, nos termos da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais.

Em busca de uma formação humana e cidadã que precede a qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo articula educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O Câmpus Birigui, nesse contexto, oferece cursos que contemplem as especificidades regionais. São oferecidos cursos técnicos integrados ao ensino médio, que atendem discentes na perspectiva de garantia de formação geral e profissionalizante desde o início do ensino médio e os cursos técnicos concomitantes/subsequentes, que atendem de jovens a uma população adulta, os quais procuram formação técnica de qualidade. Os cursos superiores visam atender à necessidade de formação de professores nas ciências exatas, sobretudo, na região de inserção do Câmpus Birigui, carente de profissionais na área. Os cursos em tecnologia

visam uma formação mais condensada e não menos qualitativa, atendendo à demanda regional de profissionais com curso superior, qualificados em inovação tecnológica, procurando fomentar a ciência e a tecnologia no oeste do Estado de São Paulo, e considerando a presença quase inexistente de instituições públicas de ensino superior. Assim, o Câmpus Birigui oferece os seguintes cursos:

4.1 – Técnico

Na educação profissional técnica de nível médio, retoma-se a ideia da formação integrada que supera a separação entre executar e pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a formação profissional deve incorporar valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da *práxis* humana, integrando a dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa. Por isso, não se trata de priorizar a “parte técnica/profissionalizante” em detrimento da formação geral, mas de possibilitar o acesso a conhecimentos diversos, promovendo construções intelectuais mais elevadas, junto à reflexão crítica contextualizada. Temos como objetivo a formação plena do educando, com a apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Só assim podemos contribuir para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade.

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, prioritariamente, na forma de cursos *integrados*, podendo ser ofertados em cooperação com estados e municípios. Também podem ser organizados de modo concomitante/subsequente ao ensino médio, dentro de áreas de atuação definidas a partir da realidade local do câmpus, conforme as demandas sociais, acompanhando o percentual de vagas estabelecido em lei para os IFs.

Legitimando o compromisso com segmentos apartados do ensino formal, implantou-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, abrangendo cursos e programas de educação profissional com vistas à formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio. Os cursos do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos e poderão ser articulados ao ensino fundamental ou ao ensino

médio, de forma integrada ou concomitante, tendo como objetivo a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

Os cursos poderão ser oferecidos nos formatos presencial e/ou em forma de educação a distância (EAD).

4.1.1-Técnico Integrado ao Ensino Médio

O curso técnico integrado ao ensino médio é oferecido a quem já concluiu o ensino fundamental. O curso garante tanto a formação do ensino médio quanto a técnica profissional. Os cursos têm duração de 3 anos.

- Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio

40 vagas/ duração de 3 anos/ período integral

O técnico em administração é um profissional que executa as funções de apoio administrativo: protocolo e arquivo, confecção e expedição de documentos administrativos e controle de estoques; opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e material; utiliza ferramentas da informática básica, como suporte às operações organizacionais. O egresso poderá atuar em instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

- Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio

40 vagas/ duração de 3 anos/ período integral

O técnico em informática desenvolve programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação. Utiliza ambientes de desenvolvimento de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados. Realiza testes de programas de computador, mantendo registros que possibilitem análises e refinamento dos resultados. Executa manutenção de programas de computadores implantados. Esse profissional pode atuar em instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem sistemas computacionais, especialmente envolvendo programação de computadores.

4.1.2-Técnico Concomitante/Subsequente

O curso técnico de nível médio concomitante/subsequente é oferecido a quem já concluiu o ensino fundamental e tenha concluído ou esteja cursando no mínimo o segundo ano do ensino médio. Tem duração mínima de 3 semestres e máxima de 4 semestres e a forma de ingresso é por meio de processo seletivo.

- Técnico em Administração

40 vagas/ duração de 3 semestres/ período noturno

O técnico em administração é um profissional que executa as funções de apoio administrativo: protocolo e arquivo, confecção e expedição de documentos administrativos e controle de estoques; opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e material; utiliza ferramentas da informática básica, como suporte às operações organizacionais. O egresso poderá atuar em instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

- Técnico em Automação Industrial

40 vagas/ duração de 4 semestres/ período noturno

O curso abre a possibilidade de duas formações: qualificação de auxiliar técnico de instalações eletromecânicas (3 semestres) e a de técnico em automação industrial (4 semestres). O auxiliar técnico de instalações eletromecânicas é um profissional apto a auxiliar nos trabalhos de planejamento, execução e participação da elaboração de projetos eletromecânicos de máquinas, equipamentos e instalações; interpretar esquemas de montagem e desenhos técnicos; montar máquinas; fazer entrega técnica e realizar manutenção eletromecânica de máquinas, equipamentos e instalações, podendo, ainda, coordenar e liderar equipes de trabalho. O técnico em automação industrial será um profissional apto a atuar no projeto, execução e instalação de sistemas de controle e automação utilizados nos processos industriais; realizar a manutenção, medições e testes em equipamentos utilizados em automação de processos industriais; programar, operar e manter sistemas automatizados, respeitando normas técnicas e de segurança.

O egresso poderá atuar nas diversas indústrias com algum tipo de automação na linha de produção, como automobilística, eletroeletrônica, eletroquímica, metalúrgica, têxtil, empresas de informática e parques de alta tecnologia.

- Técnico em Manutenção e Suporte de Informática

40 vagas/ duração de 4 semestres/ período vespertino e/ou noturno

O técnico em manutenção e suporte em informática será um profissional apto a realizar manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática, identificando os principais componentes de um computador e suas funcionalidades; identificar as arquiteturas de rede e analisar meios físicos, dispositivos e padrões de comunicação; avaliar a necessidade de substituição ou mesmo atualização tecnológica dos componentes de redes; instalar, configurar e desinstalar programas básicos, utilitários e aplicativos, além de realizar procedimentos de backup e recuperação de dados. O egresso poderá atuar em instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem suporte e manutenção de informática ou na prestação autônoma de serviços.

4.2- Graduação

A oferta dos cursos de licenciatura visa atender às demandas da sociedade brasileira pela formação de professores de educação básica em instituições públicas. Tem-se como objetivo não só a oferta dos cursos, mas também a qualidade dessa formação de professores como um compromisso político e social. Destaca-se, também, nos cursos de Licenciatura, a importância do uso da pedagogia de projetos e da integração entre teoria e prática, num movimento de *práxis* em que a avaliação permanente seja o requisito para a excelência. Nesse sentido, é necessário articular as licenciaturas de forma que em sua organização acadêmica tanto os conteúdos disciplinares como a formação específica para o exercício da docência na educação básica sejam valorizados.

Já os cursos superiores de tecnologia têm como objetivo garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias. De acordo com a Resolução CNE/CP nº 03, de 18/12/2002, a organização curricular dos cursos superiores de tecnologia deverá contemplar o desenvolvimento de competências profissionais, em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define sua identidade e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade. Para isso, a organização curricular compreenderá as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional

do graduado em tecnologia.

Por fim, os cursos de bacharelado se relacionam com a formação profissional e foram historicamente organizados segundo o avanço da ciência e sua implicação com o desenvolvimento do conhecimento, da pesquisa e da tecnologia.

4.2.1-Licenciatura

O curso destina-se a preparar professores para atuarem na educação básica. A licenciatura tem duração de 4 anos e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

- Licenciatura em Matemática

40 vagas/ duração de 8 semestres/ período noturno

O curso se compromete com a formação do professor, capacitando-o para compreender a Matemática dentro da realidade educacional brasileira nos contextos social, ambiental, cultural, econômico e político. Para isso, proporciona o domínio em profundidade e extensão do conteúdo de Matemática na sua organização estrutural e sequencial, garantindo a integração entre teoria e prática, seja no ensino presencial ou à distância; busca as relações entre as diversas áreas do conhecimento e também aplicações, por meio de uma metodologia interdisciplinar, multidisciplinar e contextualizada, tanto na ação educativa como em aperfeiçoamento de estudos; e tem consciência da importância da educação continuada, da ética e moral no trabalho do professor, da sua participação na definição da política educacional, das relações étnico-raciais e da inclusão social com auxílio da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e do Braile, que conduzirão à revalorização do trabalho docente.

- Licenciatura em Física

40 vagas/ duração de 8 semestres/ período noturno

Pelas competências estabelecidas, o curso compromete-se com a formação do professor, capacitando-o para compreender a Física dentro da realidade educacional brasileira nos contextos social, ambiental, cultural, econômico e político. O profissional estará capacitado a dominar em profundidade e extensão do conteúdo de Física na sua organização estrutural e sequencial, garantindo a integração entre teoria e prática, seja no ensino presencial ou à

distância. Também fará relações entre as diversas áreas do conhecimento e aplicações tecnológicas, por meio de uma metodologia interdisciplinar, multidisciplinar e contextualizada, tanto na sua ação educativa como em aperfeiçoamento de estudos; Terá, ainda, consciência da importância da educação continuada, da ética e moral no trabalho do professor, da sua participação na definição da política educacional, das relações étnico-raciais e da inclusão social com auxílio da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e o Braile, que conduzirão à revalorização do trabalho docente.

- Formação Pedagógica de docentes da Educação Profissional em nível médio

40 vagas/ duração de 2 semestres

O curso pretende formar professores que sejam capazes de reconhecer a realidade identificada no Projeto Político Pedagógico da instituição onde atuam/irão atuar, enfrentando suas contradições e opinando, refletindo sobre esses contextos sociais e questionando-os numa perspectiva de (re)elaboração, criação e crítica. Dessa forma, podem contribuir para a formação do cidadão consciente, capaz de intervir no mundo do trabalho e se envolver com a transformação do mundo que vive. Nesse sentido, deverá saber lidar com uma abordagem específica, e, ao mesmo tempo, se vincular com os demais campos do conhecimento, visando uma análise integrada e contextualizada à realidade escolar.

4.2.2-Tecnologia

O curso promove a formação de profissionais especialistas em nível superior, que recebem formação direcionada a atender os segmentos atuais e emergentes em atividades industriais e prestação de serviços, tendo em vista a constante evolução tecnológica. O curso tem duração mínima de 2 anos e máxima de 3 anos e meio e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

- Tecnologia em Mecatrônica Industrial

40 vagas/ duração de 6 semestres/ período noturno

O profissional tecnólogo em Mecatrônica Industrial tem sua atividade caracterizada pela automatização e otimização dos processos industriais discretos, atuando na execução de projetos, instalação, manutenção e integração desses processos, além da coordenação de

equipes, robótica, comando numérico computadorizado, sistemas flexíveis de manufatura, desenho auxiliado por computador (CAD) e manufatura auxiliada por computador (CAM), planejamento de processo assistido por computador, interfaces homem-máquina, entre outras.

- Tecnologia em Sistemas para a Internet

40 vagas/ duração de 6 semestres/ período noturno

O tecnólogo em Sistemas para Internet ocupa-se do desenvolvimento de programas, de interfaces e aplicativos, do comércio e do marketing eletrônicos, além de sítios e portais para *internet* e intranet. Esse profissional gerencia projetos de sistemas, inclusive com acesso a banco de dados, desenvolvendo projetos de aplicações para a rede mundial de computadores, e integra mídias nos sítios da *internet*. Também atua com tecnologias emergentes, como computação móvel, redes sem fio e sistemas distribuídos. Cuidar da implantação, atualização, manutenção e segurança dos sistemas para *internet* também são suas atribuições.

5. POLÍTICAS E AÇÕES

O Instituto Federal de São Paulo, Câmpus Birigui, realiza diversas ações em diferentes áreas, conforme as políticas institucionalmente estabelecidas. Considerando as dimensões do ensino, pesquisa e extensão, como também a dimensão administrativa, explicita-se neste capítulo o que vem sendo desenvolvido pela comunidade escolar.

5.1 Políticas e Ações de Ensino

5.1.1 As Coordenadorias/Setores do Ensino

5.1.1.1 CSP – Coordenadoria Sociopedagógica (CSP)

No ano de 2014, por meio da Resolução IFSP nº 138 de 04/11/2014, foi aprovado o Regulamento da Coordenadoria Sociopedagógica. Essa consiste em uma equipe multiprofissional, articulada e de ação interdisciplinar, composta por Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Técnico em Assuntos Educacionais e tem por objetivo assessorar o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visem promover a qualidade do processo de ensino e aprendizagem e a permanência e conclusão com êxito dos estudantes no IFSP, nas modalidades presencial e a distância.

A Coordenadoria Sociopedagógica do Câmpus Birigui (CSP) é constituída por psicóloga, assistente social, técnica em assuntos educacionais, duas pedagogas e tradutor intérprete de Libras, os quais realizam acompanhamento pedagógico, psicológico e social aos alunos e às famílias dos alunos menores. O setor funciona ininterruptamente das 9h às 21h para atender as demandas da comunidade interna e externa nos três períodos de funcionamento do câmpus.

A CSP busca atuar conforme as necessidades contextuais e o perfil de cada aluno, realizando atendimentos individuais ou em grupo, e em casos específicos, com a participação dos pais, contribuindo assim para o fortalecimento da parceria entre a escola e a família. Para isso, acompanha e analisa o desempenho acadêmico e comportamental dos discentes, intervindo nas dificuldades identificadas; realiza um acompanhamento permanente sobre a evasão e seus motivos, em parceria com outras instâncias do câmpus

ou do IFSP; participa da elaboração e execução de atividades educativas e culturais voltadas à formação integral e à promoção da saúde dos estudantes e da comunidade escolar. Promove a integração dos alunos ingressantes e veteranos, juntamente com a Coordenadoria de Apoio ao Ensino (CAE), a cada início de ano letivo, orientando-os sobre a instituição, os cursos oferecidos, as normas vigentes, os serviços de atendimento ao aluno, os auxílios para permanência do estudante, as atividades de ensino, pesquisa, extensão e biblioteca, também oferecendo informações sobre planejamento de estudo e sobre a profissão e o mercado de trabalho relativo aos cursos oferecidos, além de apresentar do corpo docente e administrativo.

Também são atribuições da Coordenadoria Sociopedagógica a participação nas reuniões de pais para os cursos integrados; a organização dos conselhos pedagógicos e deliberativos para os cursos técnicos integrados e concomitantes/subsequentes; o planejamento, a organização e a condução da semana de planejamento escolar; o desenvolvimento, em parceria com outras áreas, de atividades específicas para alunos e professores, conforme necessidades identificadas, que incluem, para alunos, atividades motivacionais e de relacionamento interpessoal, orientações sobre o Enem, vestibulares, escolha de profissões e mercado de trabalho, e, para servidores, cursos de qualificação profissional, atividades interpessoais, palestras sobre portadores de necessidades especiais, entre outras.

De acordo com atuação específica de cada membro que a compõe, a CSP ainda planeja, organiza e conduz o processo de alocação de servidores administrativos, o programa de Assistência Estudantil, o processo seletivo da Bolsa de Ensino para discentes, as atividades relacionadas ao NAPNE (Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais), as atividades da Equipe de Formação Continuada, sendo as duas últimas realizadas em parceria com outras instâncias do câmpus e do IFSP.

Além disso, acompanha a elaboração, implementação e avaliação das Ações Universais realizadas pelos docentes; participa de bancas como as realizadas no processo seletivo para contratação de docentes substitutos ou para o curso popular de preparação para o vestibular, e as de extraordinário aproveitamento de estudos de discentes; colabora para a construção e reformulação do Projeto Político Pedagógico, a divulgação do câmpus e seus cursos, a elaboração de calendários escolares, o planejamento da distribuição de

uniformes e merenda seca aos alunos, além de analisar os Projetos Pedagógicos dos cursos que serão iniciados ou reformulados.

5.1.1.2 Coordenadoria de Registros Escolares (CRE)

A Coordenadoria de Registros Escolares tem aspecto de Secretaria Escolar; desta forma, registra e acompanha a vida escolar do aluno desde sua matrícula até a conclusão do curso. As atividades oferecidas pelo setor são aquelas relacionadas ao registro das rotinas escolares, além de oferecer suporte administrativo e técnico referente à vida escolar do aluno para a Gerência Educacional, sempre observando a legislação vigente. Segue as orientações contidas no Manual das Coordenadorias de Registros Escolares do IFSP, documento elaborado pela Pró Reitoria de Ensino e aprovado pela Portaria nº 511, de 30 de janeiro de 2013. Atualmente a Coordenadoria possui equipe formada por Técnico em Assuntos Educacionais, Assistente Administrativo e Auxiliar Administrativo. Desde a implantação da jornada flexibilizada de 30 horas semanais, oferece atendimento ininterrupto de 2ª a 6ª feira, das 9h00 às 21h00.

São atribuições da coordenadoria: emitir, confeccionar e arquivar todos os registros escolares relativos ao corpo discente; organizar e manter sob sua guarda os prontuários atualizados arquivos individuais de alunos e ex-alunos; responsabilizar-se pela matrícula e rematrícula, quando houver, para todos os cursos oferecidos pelo câmpus; elaborar e publicar a escala da matrícula e rematrícula, promovendo sua divulgação, bem como os documentos necessários, junto à CTI; efetuar o cadastro dos alunos em outros sistemas computacionais externos como, por exemplo, SISTEC e Educacenso, mantendo-os atualizados; encaminhar ao CSP lista com os alunos que não efetuaram rematrícula; publicar listagem dos alunos na turma; receber instrumentos de registro do rendimento escolar para lançamento no sistema acadêmico NAMBEI, observando os prazos estabelecidos no Calendário Escolar; executar procedimentos do sistema WEBDIÁRIO.

Além disso, também são funções dessa coordenadoria: preparar, encaminhar e informar processos e atos relativos ao corpo discente; receber, protocolar e dar encaminhamento à solicitação do alunado; expedir históricos escolares, guias de transferências, certidões, atestados e outros documentos semelhantes, assinando-os

juntamente com o Gerente Educacional e o Diretor Geral do câmpus; executar os procedimentos necessários para coleta dos dados e entrega dos diplomas; analisar/encaminhar pedido de reopção de curso e publicá-lo quando efetivado; receber e encaminhar pedido de aproveitamento de estudos e extraordinário aproveitamento de estudos e publicá-los quando efetivados; manter atualizado o arquivo do aluno/ex-aluno; atender aos alunos, pais, professores e ao público em geral.

A Coordenadoria de Registros Escolares do Câmpus Birigui trabalha em busca do contínuo aprimoramento das atividades acadêmicas, em prol de uma gestão dinâmica e colaborativa.

5.1.1.3 Coordenadoria de Apoio ao Ensino (CAE)

Coordenadoria composta por Técnicos em Assuntos Educacionais e Assistentes de Alunos que visa assistir as atividades de ensino do câmpus, bem como zelar pelo atendimento às normas disciplinares e educacionais da instituição no câmpus. A CAE também dialoga com a Coordenação Sociopedagógica com o intuito de propiciar um ambiente amigável e acolhedor aos discentes e seus pais/responsáveis, a fim de possibilitar o pleno desenvolvimento do ensino/aprendizagem de seu corpo discente. Além disso, a CAE apoia as coordenações de cursos e áreas com a finalidade de promover uma base eficaz de materiais didáticos pedagógicos à disposição do corpo docente do câmpus.

A CAE realiza a organização, logística e empréstimos de materiais didáticos pedagógicos ao corpo docente, organiza juntamente com a CSP as reuniões bimestrais de pais de alunos dos cursos integrados, auxilia a CSP na organização dos conselhos pedagógicos e deliberativos, operacionaliza a distribuição da alimentação dos alunos de cursos integrados e da alimentação seca, é responsável pela operacionalização do transporte dos alunos dos cursos integrados, realiza o controle de aulas dadas/não dadas, é responsável pela alocação de todas as aulas nos respectivos espaços destinados a aulas teóricas e práticas, faz as atribuições de aulas no sistema NAMBEI e atualmente coordena o cursinho popular “Hannah Arendt”, um projeto ligado a PRX (Pró-reitoria de Extensão) que teve o início de suas atividades no ano de 2015. O cursinho atende a população em vulnerabilidade social, visando atingir a comunidade em torno do câmpus para o ingresso em instituições

públicas de ensino e conta com a participação de alunos de graduação, através de recebimento de bolsas ou como voluntariado para ministrar as disciplinas que compõem a matriz de referência do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

5.1.1.4 Coordenadoria de Biblioteca (CBI)

Inaugurada em 08 de setembro de 2011, numa área de 135m², a biblioteca tem por finalidade apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela instituição, proporcionando ao corpo discente, aos servidores e à comunidade externa o acesso à informação. Dessa forma, atende aos usuários de diferentes níveis e modalidades de ensino. A biblioteca disponibiliza ainda acesso à internet por rede sem fio e conta também com uma página em redes sociais (Facebook) para um contato mais direto com a comunidade.

O acervo, com livre acesso, contém cerca de 8.000 itens (livros, normas técnicas, periódicos, multimeios, trabalhos acadêmicos produzidos pela comunidade do IFSP e similares) que fazem parte do patrimônio institucional, servindo de apoio às práticas pedagógicas e dando suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Há ainda acesso a periódicos eletrônicos através do portal Capes, disponíveis no site da biblioteca.

Os serviços técnicos e de assistência são exercidos por servidores legalmente habilitados, com formação específica em Biblioteconomia e registro no Conselho Regional, juntamente com dois auxiliares de biblioteca.

A biblioteca oferece os seguintes serviços: consulta local do acervo; empréstimo domiciliar aos membros da comunidade interna; levantamento bibliográfico - serviço de referência; acesso às bases de dados das diversas áreas do conhecimento por meio do Portal de Periódicos da CAPES; orientação para normalização bibliográfica, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e outras normas que venham ser solicitadas por áreas específicas; acesso aos computadores.

5.1.2 Coordenadorias de Curso

5.1.2.1 Curso Superior de Licenciatura em Matemática

O curso de Licenciatura em Matemática do Câmpus Birigui do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo teve início no primeiro semestre letivo de 2011. São oferecidas 40 vagas para ingresso anual em período noturno por meio do Sistema de Seleção Unificada - SISU e através de processos simplificados para vagas remanescentes, por meio de edital específico. Outras formas de ingresso são reopção de curso ou transferência externa.

A coordenação do curso é responsável por presidir o Núcleo Docente Estruturante, órgão consultivo responsável pela concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico, e também o Colegiado do Curso, órgão deliberativo, normativo, de planejamento acadêmico e executivo, para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão em conformidade com as diretrizes da instituição. Outras atribuições da coordenação são: atribuição de aulas para disciplinas ofertadas no curso, definição de horário escolar, análise e aprovação de planos de aula e de ensino, orientação e suporte para docentes e discentes, controle de documentos acadêmicos tais como diários de classe, formulários de estágio e trabalhos de conclusão de curso, dentre outros. É também competência da coordenação de curso estimular, bem como dar apoio e suporte para o desenvolvimento de projetos complementares do curso.

Nesse sentido, é importante destacar que o curso de Licenciatura em Matemática possui atualmente bolsistas do PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência da Capes, atuando em parceria com escolas estaduais de ensino fundamental e médio da cidade de Birigui, projetos de Iniciação Científica em andamento nas modalidades Institucional e Voluntária, projeto de extensão, bolsista na modalidade bolsa ensino, responsável por oferecer suporte aos demais alunos do curso por meio de monitorias diárias, bem como uma aluna contemplada pelo Programa Ciência sem Fronteiras do governo federal, que esteve na Colorado State University nos Estados Unidos.

A coordenação de curso, em parceria com todos os docentes, atua também na realização da Semana das Áreas e está se articulando no sentido de criar a Semana Acadêmica da Matemática, visando criar um ambiente em que pesquisadores, alunos e a comunidade em geral possam interagir, divulgando experiências e inovações na área da Matemática. No que tange à realização de eventos de caráter científico, é importante frisar que a coordenação do curso organizou, em parceria com a Sociedade Brasileira de Educação

Matemática – Regional São Paulo, o XII Encontro Paulista de Educação Matemática e o V Fórum Paulista das Licenciaturas em Matemática, de 01 a 03 de Maio de 2014.

5.1.2.2 Curso Superior em Tecnologia em Sistemas para Internet

O Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet tem por objetivo geral propiciar ao estudante um processo formativo que o habilite a produzir e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos voltados para o desenvolvimento, atualização e manutenção de sistemas para internet, de acordo com as tendências do mercado atual, tornando-o, assim, capaz de posicionar-se de maneira competitiva no mercado e intervir no desenvolvimento econômico e social da sua região, além de contribuir em sua formação como cidadão.

A área de informática vem desenvolvendo projetos relevantes não somente para a comunidade escolar, mas também para a sociedade em geral. Os projetos que se destacam são o Projeto Inclusão Digital para Jovens e Adultos, realizado em parceria com a AORA (Associação Assistencial AORA da Região de Araçatuba), visando orientar os alunos da comunidade local quanto ao correto uso do computador para acesso à internet em atividades cotidianas; o Projeto de Extensão Formar, que objetiva capacitar os professores do ensino fundamental I, II e ensino médio quanto ao uso de um ambiente web chamado Khan Academy; o Projeto de Extensão FIC Raciocínio Lógico no Ensino Fundamental, que apresenta uma proposta para desenvolver o raciocínio lógico de crianças do ensino fundamental I usando os próprios professores da informática do IFSP para serem os elementos atuantes nesse projeto e serem os disseminadores da computação na comunidade infantil; o Projeto de Extensão Inclusão Digital para Melhor Idade, cujo objetivo é capacitar aqueles que ainda não tem intimidade com as tecnologias móveis para uso dos mais diversos aplicativos, treinando-os para a manipulação dos dispositivos móveis, o envio de mensagem, habilidade com fotos/vídeos, acesso às redes sociais e outras atividades que só o “fuçar” nos permite aprender.

Além dos projetos acima, ainda se pode incluir o Projeto de Extensão DRUHER: Sistema de Informação para Apoio à Gestão da Informação no IFSP-BRI, cujo propósito é melhor organizar as atividades administrativas dos professores, com o desenvolvimento de

um sistema de informação para apoio à gestão da informação no IFSP-BRI, denominado DRUHER; o Projeto de Iniciação Científica APEX Oracle: Fazendo da programação uma rotina com o uso de uma ferramenta de alta produtividade, que pretende incentivar a pesquisa sobre a ferramenta APEX Oracle, criar um modelo para programação de aplicação para internet e testar esse modelo através do desenvolvimento de aplicações dentro do próprio IFSP-Birigui, de forma a aumentar a produtividade das pessoas envolvidas no processo de desenvolvimento de software; Ação One Hour of Code: One Hour of Code, que “é uma introdução de uma hora à ciência da computação, criada para desmistificar a programação e mostrar que qualquer pessoa pode aprender os fundamentos básicos desta ciência” (extraído de <http://hourofcode.com/br>).

5.1.2.3 Curso Técnico Integrado em Informática

Além do Curso Superior em Tecnologia para Sistemas de Internet, a área de informática conta com o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio. O curso tem como objetivo proporcionar aos alunos, técnicos em informática, uma formação que integre os conhecimentos gerais e específicos da área, possibilitando-lhes compreender e analisar os fundamentos científicos e tecnológicos relacionados à informática e ao mundo do trabalho de modo autônomo, crítico, ético, interventivo e responsável para sua atuação profissional com qualidade, vindo a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico local (regional).

5.1.2.4 Curso Técnico em Administração – Modalidades Concomitante/Subsequente e Integrado

O curso de Técnico em Administração tem por finalidade formar técnicos em administração para atuarem em apoio administrativo, ligado aos segmentos econômicos da indústria, comércio e serviços, com conhecimentos específicos nas áreas de recursos humanos e comércio exterior. Para isso, são desenvolvidas as seguintes ações: realização do Projeto Integrador, cujo trabalho de conclusão do curso resume as principais ideias e conceitos trabalhados em todas as disciplinas e objetiva propiciar ao aluno o

desenvolvimento de um plano de negócios apresentado para uma banca de avaliação final; convite a profissionais da área para ministrarem palestras aos alunos; palestra motivacional para turma ingressante; desenvolvimento e realização de plano e workshop de marketing envolvendo alunos em parcerias com empresas locais; bolsa ensino; bolsas de Iniciação Científica Voluntária e do PIBICEM-CNPQ; participação de docentes e discentes em congressos científicos, com submissão de trabalhos desenvolvidos a partir da dinâmica produtiva local; atividades concretas em Administração da Produção e Técnicas Comerciais; participação com palestras e apresentações dos projetos dos alunos na Semana das Áreas e na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia; atividades de reforço nos horários vagos do curso técnico integrado; curso de Formação Inicial e Continuada de Iniciação Tecnológica; visitas técnicas à Bovespa, usinas hidrelétricas e curso de auxiliar administrativo no Proeja FIC.

5.1.2.5 Curso Técnico em Automação Industrial

O Curso Técnico em Automação Industrial foi criado em 28/07/2010 pela portaria nº 130/10 e junto a ele foi criada a coordenação de curso, composta por um docente da área da indústria que tenha contato direto com o curso. Essa coordenação tem por objetivo organizar, assessorar e vistoriar o funcionamento de todos os aspectos de ensino, pesquisa e extensão relacionados ao curso; acompanhar e esclarecer os alunos ingressantes e veteranos quanto às dificuldades e atividades, além de acompanhar os docentes e técnicos de laboratório no desenvolvimento do curso.

5.1.3 Projetos Institucionais para o Ensino

5.1.3.1 Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil é uma política baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituído pelo Decreto de nº 7.234 no ano de 2010. Os auxílios estudantis são repasses financeiros aos estudantes e têm por objetivo custear, parcial ou integralmente, os gastos dos estudantes, visando ampliar as condições de permanência e êxito nos cursos do IFSP.

Em 04 de novembro de 2014, foram aprovadas as resoluções nº 135 e nº 136: a primeira regulamenta a Política de Assistência Estudantil do IFSP, e a segunda, a Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil.

A Assistência Estudantil é composta pelo Programa de Auxílio Permanência e pelo Programa de Ações Universais. O Programa de Auxílio Permanência é voltado aos estudantes em vulnerabilidade social e tem como principal objetivo apoiar a permanência dos estudantes na instituição, por meio de auxílios financeiros mensais, entre eles: alimentação, moradia, creche (apoio aos estudantes, pais e mães), transporte, apoio didático-pedagógico, saúde. Já o Programa de Ações Universais desenvolve ações por meio de elaboração de projetos voltados à área de cultura, esporte, inclusão digital e apoio às necessidades educacionais específicas dos estudantes. Esse programa conta com a participação de estudantes, professores e técnicos administrativos.

No Câmpus Birigui as ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil são realizadas através de abertura semestral de edital para processo de seleção e inclusão de alunos no programa dos auxílios permanência e análise de projetos durante o período letivo para realização de Ações Universais.

Após a inclusão do aluno na Ação de Permanência, esse é acompanhado pela Coordenadoria Sociopedagógica sendo atendido/orientado em assuntos relacionados à frequência, desempenho escolar, encaminhamentos necessários, etc.

Através de instrumental avaliativo aplicado aos alunos no final do semestre, constatamos que o programa é considerado pela maioria como essencial ou importante para a permanência do estudante nos cursos. Observamos que a maioria dos alunos beneficiados pelos auxílios atende o critério de frequência mínima de 85% nos respectivos cursos em que se encontram matriculados, critério exigido para continuidade no programa em semestre seguinte.

As ações desenvolvidas no Programa de Assistência Estudantil garantem a muitos alunos a igualdade de condições para a permanência na instituição de ensino, proporcionando a inclusão social daqueles que se apresentam em situação de vulnerabilidade social.

5.1.3.2 NAPNE – Ações Inclusivas

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE tem o propósito de implementar ações inclusivas, contribuindo para a reflexão sobre a prática da inclusão, a aceitação da diversidade, com o objetivo de romper as barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais. Os NAPNEs também acompanham o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com necessidades educacionais específicas, procurando realizar intervenções efetivas durante os seus percursos acadêmicos.

O Câmpus Birigui tem buscado sensibilizar docentes e comunidade escolar acerca da importância da formação de uma cultura inclusiva que promova o acesso, a permanência e o êxito de estudantes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com palestras e reuniões que clarifiquem os objetivos do Napne, seu público-alvo e as possibilidades para a prática da inclusão, tanto para docentes como para a comunidade escolar.

Como ainda não há discentes diagnosticados com necessidades educacionais específicas, os casos pontuais de dificuldades de aprendizagem têm sido abordados em reuniões de coordenações de cursos, sendo oferecidas aos discentes orientações nas áreas pedagógica, psicológica ou social, estendidas às famílias quando necessário.

5.1.3.3 Formação Continuada

A Formação Continuada de Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) constitui-se em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes. Tendo início no ano de 2014, a formação continuada *in loco* busca a valorização do profissional, assim como a constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o câmpus como local privilegiado de construção e produção de conhecimento, onde é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

O câmpus ainda não promoveu ações formais de formação continuada para docentes e administrativos até o presente momento, inserindo, sempre que possível, em reuniões de planejamento, conselhos e reuniões com as coordenações de cursos, a importância de consolidar a equipe e seus objetivos e ações, assim como conscientizando sobre a

necessidade da coparticipação de todos os servidores no levantamento de necessidades e proposições de atividades contextualizadas à realidade do câmpus. Nas reuniões semestrais de planejamento escolar deste ano, por exemplo, foram abordados temas como avaliação diagnóstica e participação da Coordenação Sociopedagógica, mensalmente, em reuniões de coordenações de cursos, para discussões relativas ao desempenho escolar e prováveis intervenções e seus resultados, o que deverá incluir abordagem ou estudo de temas específicos.

5.1.3.4 Bolsa Discente

Além das bolsas vinculadas à Pró-reitoria de Pesquisa e de Extensão, que fazem parte do programa de Bolsa Discente, instituído pela Resolução IFSP nº 568, de 5 de abril de 2012, há, também, a Bolsa de Ensino, vinculada à Pró-reitoria de Ensino.

A Bolsa de Ensino oferece ao estudante a oportunidade de desenvolver atividades educacionais compatíveis com seu grau de conhecimento e aprendizagem e de interagir com os professores por meio de ações pedagógicas relacionadas às disciplinas dos cursos, apoiando os demais estudantes do IFSP.

Atualmente, o Câmpus Birigui possui cinco bolsistas nessa modalidade que estão vinculados aos seguintes projetos: 1) Ensino de eletricidade com o auxílio de ferramentas computacionais; 2) Relação para aprendizagem: uma experiência formacional; 3) Apoio ao projeto integrador; 4) Monitoria em Matemática e 5) Uso de objetos educacionais voltados ao desenvolvimento de novas estratégias para o ensino para as disciplinas de Física Básica.

A seleção dos bolsistas é realizada por edital. Os inscritos são entrevistados pelo professor responsável pelo projeto na presença de um membro da coordenação sociopedagógica que coleta os dados dos candidatos. O programa é um benefício destinado ao estudante com matrícula e frequência regulares, priorizando-se aqueles com bom rendimento escolar.

No Câmpus Birigui, há uma sala específica com computador e acesso à internet disponível para os bolsistas desenvolverem suas atividades. Entre essas atividades, destaca-se o auxílio a alunos na resolução de problemas e dificuldades acadêmicas. Esses alunos

podem ser encaminhados pelos professores, pela CSP ou podem procurar auxílio voluntariamente.

A remuneração recebida pelos alunos, em muitos casos, é o que garante a dedicação do aluno ao curso, já que se não houvesse essa remuneração, muitos teriam que trabalhar para manter-se na instituição. Os professores responsáveis pelos projetos são responsáveis pela orientação do aluno e pelo acompanhamento de sua frequência através de uma ficha de registro que é armazenada mensalmente na CSP.

A partir do acompanhamento dos relatórios semestrais, pode-se concluir que a modalidade Bolsa Ensino traz resultados benéficos tanto ao bolsista quanto para o aluno que o procura. O bolsista tem a oportunidade de estudar e refletir a sua própria ação, pois, nem sempre uma estratégia de ensino é eficiente para esclarecer as dúvidas de outro estudante. Os demais alunos se beneficiam por ter mais uma oportunidade de esclarecer as dúvidas e/ou refazer uma atividade.

5.1.3.5 CPA – Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, foi instituída no IFSP, em consonância com o art. 11, da Lei nº10.861/2004, como órgão de coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional, de orientação, de sistematização e de prestação de informações às unidades universitárias e ao SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Ela é composta por representantes externos e internos ao IFSP (professores, alunos e servidores técnico-administrativos) e tem como função coordenar a Autoavaliação Institucional do IFSP. É importante ressaltar que os processos de avaliação interna são fundamentais para a tomada de decisão e para a melhoria contínua da qualidade acadêmica.

A comissão CPA do IFSP é subdividida por câmpus, as chamadas CPA locais, cuja ações são norteadas pela comissão CPA central, localizada no Câmpus São Paulo. A CPA do Câmpus Birigui é composta por representante externo (sociedade civil) e internos ao IFSP (professores, alunos e servidores técnico-administrativos).

A função constituinte da CPA é coordenar a Autoavaliação Institucional do IFSP, desde a elaboração do método, passando pela sua implementação e pela sistematização dos

resultados, até a redação do relatório final. Este relatório subsidia o planejamento administrativo-pedagógico do Instituto e é usado pelo INEP/MEC no credenciamento institucional e no reconhecimento dos cursos, dentre outros.

Os primeiros dados obtidos, entre 2013 e 2014, foram inseridos no sistema e-MEC com o objetivo de atender o processo de Recredenciamento da Instituição. A Autoavaliação Institucional é uma das etapas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) do MEC, também composto pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e pela Avaliação Externa.

As Instituições de Educação Superior (IES), na busca por atender as demandas crescentes do conhecimento exigidos pelo contexto atual da sociedade, têm sido conduzidas a redimensionarem seu papel social e a implementar programas de avaliação institucional. Desse modo, avaliar passou a ser fundamental para a gestão das IES, e, atualmente, é um dos pilares no desenvolvimento do ensino superior democrático, diante dos desafios da modernidade.

A avaliação institucional é um processo que deve estar articulado com todos os demais processos de gestão estratégica e de construção do projeto institucional, de modo a fornecer subsídios para a tomada de decisões e a correção de desvios e eventuais problemas na instituição. Sob essa perspectiva, a avaliação institucional significa um processo permanente de elaboração, de conhecimento e de intervenção prática, que permite direcionar as demais atividades da instituição.

Nesse sentido, a pesquisa de opinião é de grande valia, pois contribui para que o desenvolvimento do IFSP seja efetivo e constante na concretização de uma formação integral de seus alunos, contribuindo, assim, para construção de uma sociedade qualitativamente melhor e socialmente justa.

A avaliação da CPA ocorre anualmente, geralmente em meados do mês de outubro, oportunidade em que todos os câmpus e cursos são avaliados e engloba os seguintes eixos: Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão; Infraestrutura Física.

Dessa avaliação são extraídos relatórios do INEP/MEC - somente os cursos superiores; todos os cursos; servidores técnico-administrativos; servidores docentes; terceirizados; estudantes; gestores: coordenadores de curso, diretores, diretores(as)-gerais;

currículos e programas; produção acadêmico-científica; documentos (PDI, PPC, Diretrizes Curriculares Nacionais e outros).

5.1.3.6 Órgãos Colegiados

Conselho de Câmpus: o conselho de câmpus é o órgão normativo, consultivo e deliberativo, como instância máxima no âmbito de cada câmpus, por delegação do Conselho Superior do Instituto Federal de São Paulo. Conta com a composição do diretor, representantes docentes, discentes, técnicos administrativos e sociedade civil. Compete a ele subsidiar e assessorar a direção geral do câmpus, aprovando diretrizes para atuação local, propostas orçamentárias, projetos, regulamentos internos e normas disciplinares, entre outras atribuições. Assim, serão estabelecidas competências gerais do conselho de câmpus no que se refere a: informações à comunidade relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão; diretrizes e metas de atuação do câmpus e o zelo pela adequada execução de sua política educacional; calendários acadêmicos do câmpus; promoções e divulgações das atividades do IFSP junto à sociedade; questões submetidas à sua apreciação; propostas de projetos pedagógicos de cursos, bem como suas alterações.

Colegiado de Curso: o colegiado de curso é um órgão consultivo e deliberativo de cada curso superior do IFSP. Composto pelo coordenador do curso, docentes, discentes e técnico administrativo, tem entre suas competências conduzir e aprovar os trabalhos de reestruturação do projeto de curso, fornecer pareceres específicos, avaliar as propostas de projetos e convênios, etc.

Conselho de Classe (Pedagógico e de Curso): os conselhos de classe do IFSP são organizados como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação dos docentes da respectiva turma, do coordenador de curso/área e do pedagogo da Coordenadoria Sociopedagógica. O Conselho de Classe Consultivo, também denominado Conselho de Classe Pedagógico, é presidido pelo pedagogo da Coordenadoria Sociopedagógica ou, em sua ausência, pelo coordenador de curso. Ocorre de acordo com as necessidades apontadas pelo coordenador do curso ou pela Coordenadoria Sociopedagógica de cada câmpus, com periodicidade

bimestral, sendo dividido em três partes: na primeira, os docentes farão uma análise da turma identificando progressos, detectando dificuldades da turma no processo de ensino e aprendizagem; na segunda, a Coordenadoria Sociopedagógica apresentará dados de evasão e outros que auxiliem a compreensão do panorama traçado na primeira parte e também proporá alternativas didático-pedagógicas a serem adotadas visando sanar as dificuldades encontradas; na terceira, os membros, se necessário, farão as considerações finais e possíveis encaminhamentos.

O Conselho de Classe Deliberativo é realizado ao final do período letivo e dividido em três partes: na primeira, o representante da Coordenadoria Sociopedagógica fará uma análise da ficha individual de avaliação do estudante na série/módulo; na segunda, o Conselho de Classe deve elaborar o parecer sobre a situação final do estudante na série/módulo; na terceira, após a conclusão do Conselho de Classe, a Coordenadoria Sociopedagógica encaminhará lista à Coordenadoria de Registros Escolares, contendo a relação nominal dos estudantes submetidos ao conselho, devidamente assinada pelos professores e coordenador de curso/área.

5.1.4 Movimento Estudantil

O Movimento Estudantil é canal para a construção da cidadania, mobilizando os indivíduos e colaborando para a formação de um profissional ético, cidadão e consciente de suas responsabilidades e de seus direitos. Fortalece o vínculo do estudante com a instituição de ensino e sua identidade, favorecendo as mais diversas formas de interação, além de representar e defender os interesses da categoria estudantil. Pode organizar-se por meio de Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes.

Centros Acadêmicos são entidades civis, independentes de partidos políticos, órgãos públicos ou privados, de caráter estudantil e sem fins lucrativos, que representem os discentes de cada curso dentro da estrutura administrativa de uma instituição. Devem estudar e debater problemas relacionados com as condições de estudo e rendimento acadêmico dos discentes, bem como podem e devem patrocinar o desenvolvimento do espírito universitário, eventos culturais e eventos esportivos.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade representativa de todos os estudantes do IFSP, com a função de organizar e de expressar as vontades, anseios e as posições políticas dos estudantes. Deve incentivar a participação dos estudantes nos acontecimentos políticos nacionais, internacionais e de interesse institucional. E, em consonância com os Centros Acadêmicos (CAs), devem criar políticas institucionais acadêmicas que promovam a conscientização discente sobre seus direitos e na criação de uma consciência crítica do papel da instituição educacional.

No Câmpus Birigui há o Centro Acadêmico do Curso de Licenciatura em Matemática. Denominado Pierre de Fermat, iniciou no ano de 2013 e tem desenvolvido atividades de apoio ao aluno ingressante, trotes solidários, participação em eventos do câmpus e da área.

5.2 Políticas e Ações de Extensão

A Extensão consiste em um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a instituição educacional e os diversos setores sociais. Assim, a Extensão configura-se como um espaço de produção de conhecimentos baseada na troca de saberes e experiências entre a escola e a sociedade. Além disso, a Extensão compreende todas as ações culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que envolvem a comunidade externa e não fazem parte das atividades regulares de Ensino e Pesquisa. Tais ações devem estar baseadas na análise das necessidades e interesses da comunidade em que cada câmpus se encontra inserido e articuladas com a vocação e a qualificação acadêmicas dos docentes, técnicos administrativos e discentes envolvidos.

As ações de Extensão são classificadas em cursos e atividades. Os cursos de Extensão são oferecidos na modalidade presencial ou a distância. Têm a finalidade de atender as demandas da sociedade e necessidades de aquisição, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais, de jovens e adultos, com necessidades identificadas a partir de pesquisas regionais, podendo ser ofertados em todos os níveis de escolaridade. Já as atividades são aquelas realizadas fora da sala de aula. As principais são as seguintes:

Acompanhamento de egressos: conjunto de ações implementadas para acompanhar o itinerário profissional do egresso a fim de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

Empreendedorismo e cooperativismo: apoio à formação empreendedora por meio de programas institucionais. O IFSP de Birigui está empenhado para construir um hotel de projetos para que os alunos tenham a vivência prática da sala de aula e prepará-los para o mercado de trabalho. Para isso, estão sendo realizadas diversas parcerias com empresas renomadas, a fim de possibilitar o intercâmbio de tecnologias.

Estágio e emprego: atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e de operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e documentação). O CEX publica semanalmente uma lista de oferta de vagas de emprego e estágio no site. Além disso, temos parcerias com diversas empresas para fornecer estágio para os alunos.

Eventos: podem ser organizados sob a forma de encontro, seminário, palestra, oficina, congresso, mostra, entre outras. Com temáticas diversas, são voltados à participação e integração das comunidades externa e interna. Os eventos são realizados periodicamente no IFSP, promovendo a integração da comunidade (Semana das Áreas, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, Semana da Diversidade Cultural e de Gênero, XII Encontro Paulista de Educação Matemática (EPEM), V Fórum Paulista de Licenciaturas em Matemática, apresentação de dança, apresentação de música etc.)

Projetos sociais: conjunto de ações, técnicas e metodologias inovadoras, desenvolvidas na interação com a comunidade externa e apropriadas por essa. Têm como objetivos apresentar soluções para a inclusão social, as relações étnico-sociais, a geração de oportunidades e a melhoria das condições de vida. O IFSP de Birigui está pleiteando a instalação de uma Incubadora de Cooperativas no câmpus, de forma a promover a transferência de tecnologia para a comunidade de Birigui e região.

Relações internacionais: ações de intercâmbio, acordos de cooperação internacional e celebração de convênios, destinados à melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.

Visitas Técnicas: atividades educacionais supervisionadas, desenvolvidas em ambientes externos ao IFSP, que visam promover uma maior interação dos estudantes das diferentes áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.

Bolsa de Extensão: oferece ao estudante, de qualquer modalidade ou nível de ensino, bolsa para participar de projetos ou programas de extensão, cujas temáticas são diversas, inclusive culturais, e que incluem a participação em ações junto à comunidade externa. Tais projetos podem ser fomentados pela Pró-Reitoria de Extensão, por meio de editais de seleção de projetos e programas, ou pelo próprio câmpus, por meio de editais internos. Só no ano de 2015 foram disponibilizadas 11 bolsas para os alunos realizarem projetos de extensão.

Projetos de capacitação: O câmpus realiza semestralmente diversos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) abertos à comunidade, promovendo a capacitação da população.

PROEXT: o Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Ensino Superior (MEC/SESu), anualmente, lança editais para Projetos e Programas de Extensão Universitária. Alunos de curso superior poderão participar, como bolsistas, dos projetos contemplados. Todos os anos o câmpus Birigui tem submetido diversos projetos.

5.2.1 – PRONATEC

O PRONATEC é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado pelo Governo Federal em outubro de 2011, com o intuito de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, além de encaminhar os estudantes concluintes ao mercado de trabalho, agregando ensino de qualidade para todos. No ano de 2014, foi realizada a formação de 300 mulheres (PRONATEC- mulheres mil), situação em que aconteceu o resgate da autoestima e valorização das alunas, bem como a capacitação profissional. Como resultado, várias alunas conquistaram um emprego e outras abriram seu próprio negócio. Destacamos o caso das Mulheres Flores do Campo de Promissão, que fundaram uma panificadora e agora atendem a prefeitura municipal. Em 2015, foram pactuadas 1425 vagas para o PRONATEC.

5.3 Políticas e Ações de PESQUISA, INOVAÇÃO

As ações de Pesquisa, voltadas à produção e à divulgação de conhecimentos e saberes científicos e tecnológicos, visam ao desenvolvimento por meio da investigação de

fatos a fim de prover melhorias da condição da vida coletiva. É, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade de todos os sujeitos envolvidos (alunos de diferentes níveis, servidores e comunidade), promovendo, como consequência, o avanço social. Nesse sentido, o câmpus desenvolve as atividades de pesquisa e inovação vinculadas aos seguintes programas e ações:

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIFSP) do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica com bolsa paga com recursos institucionais. O bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. Nesse programa, como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica (PIVICT) do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica, com ou sem bolsa paga com recursos de fundação de apoio ou por órgãos de fomento obtidas diretamente pelos pesquisadores. Da mesma forma, o bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. No final, recebem certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) e Programa de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBITI) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que, por meio de cotas institucionais, oferecem bolsas a alunos de graduação para desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau de Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) do CNPq que, também por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de

graduação para desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau de Mestre ou Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFSP (PIPECT), que concede passagens e diárias a servidores para participação e apresentação de trabalhos, com o nome do IFSP, em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais.

Programa Institucional de Auxílio à Participação Discente em Eventos (PIPDE) do IFSP, que concede auxílio financeiro com recursos institucionais a alunos para participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais, incluindo o Workshop de Negócios e Inovação.

Programa Jovens Talentos (PJT) da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), que concede bolsas a estudantes de graduação e visa antecipar o ingresso no meio científico, despertar vocação científica, incentivar talentos potenciais, mediante a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para participar, o estudante deve ser aprovado no processo de seleção por meio de uma prova de conhecimentos gerais.

Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), que visa conceder intercâmbio de alunos de graduação em instituições estrangeiras, concedendo bolsas que garantem, além da mobilidade internacional, recurso para despesas com estadia, alimentação e transporte local.

Programa Pró-Equipamentos do IFSP, que provê a criação de infraestrutura mínima para a pesquisa com recurso institucional. Por meio da submissão de projetos pelos pesquisadores dos câmpus, após a seleção realizada pela PRP, os equipamentos são adquiridos pela própria Pró-Reitoria e o patrimônio é transferido para o câmpus.

Acordos de Cooperação Técnica e Científica, por meio dos quais o IFSP mantém parcerias para realização de capacitação em nível de pós-graduação e para realização de atividade de pesquisa e inovação. Atualmente, são mantidos acordos com o Instituto de Pesquisas Energética e Nucleares (IPEN/CNEN), localizado no câmpus da Universidade de São Paulo (USP) na cidade de São Paulo, com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA),

localizado na cidade de São José dos Campos, e outro internacional com o Instituto Politécnico do Porto, localizado na cidade do Porto em Portugal, além de outros envolvendo, mais especificamente, os câmpus do IFSP. Informações sobre esses acordos estão disponíveis no sítio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRP) em <http://prp.ifsp.edu.br>.

Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (CINTEC), que é um evento anual, cujo objetivo é difundir as produções de pesquisadores e alunos em regime de iniciação científica ou tecnológica por meio de exposição oral, pôsteres e de palestras. A primeira edição foi realizada no Câmpus Guarulhos em 2010. Em números gerais, na 4ª edição do CINTEC houve 220 trabalhos inscritos de 21 diferentes câmpus do IFSP e de outras instituições. Já em 2014, na 5ª edição realizada no Câmpus São João da Boa Vista nos dias 24 e 25 de setembro, foram submetidos 270 trabalhos de 28 câmpus do IFSP mais 20 trabalhos de outras instituições, com crescimento de 32% de uma edição para outra. Para o 6º CINTEC ocorrido entre os dias 10, 11 e 12 de novembro de 2015 na cidade de Itapetininga, houve a submissão de mais de 400 trabalhos, contando com a participação de mais de 1.000 pessoas.

O Workshop de Negócios e Inovação do IFSP, que ocorre anualmente desde 2010 e tem como objetivo contribuir para difusão da cultura de inovação no Estado de São Paulo, promovendo amplo debate com segmentos da sociedade sobre Inovação e Empreendedorismo.

Ação de incentivo à pesquisa via programas de pós-graduação, que através da abertura de programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, pretende incentivar as atividades de pesquisa e publicação no IFSP.

Programa Hotel de Projetos do IFSP, que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de projetos empreendedores do IFSP, levando em consideração a viabilidade mercadológica de produtos, processos e serviços. O programa foi aprovado pela Resolução no. 925/2013 e, de forma geral, pode-se dizer que o Hotel de Projetos é uma pré-incubadora, com infraestrutura física (escritório, bibliotecas, laboratórios e oficinas) e de serviços (assessoria e consultoria de pesquisadores) oferecidos pelo IFSP para o desenvolvimento de Projetos Experimentais de inovação.

Política de Inovação do IFSP, estabelecida pela resolução 431/2011, apresenta o regulamento das atividades relacionadas à proteção da propriedade intelectual e

transferência de tecnologia no IFSP. Várias ações capitaneadas pelo NIT são decorrentes do estabelecimento dessa política, como pedidos de proteção (registros de programas de computador e patentes) e a exploração econômica dos inventos e conexos.

Quanto às atividades em andamento e planejadas no Câmpus Birigui, descrevemos: processo de criação da revista científica do câmpus, envolvendo docentes e servidores administrativos com o objetivo de discutir e determinar ações que visem o aumento da produção acadêmica e científica entre os docentes e discentes do câmpus; treinamento sobre elaboração de projetos para docentes e discentes, visando fomento; processo de organização da pesquisa do câmpus baseado nas linhas de pesquisas e/ou no perfil do docente; viabilização de escritório de projetos, com objetivo de auxiliar o pesquisador no processo de prospecção de editais e apoio na elaboração dos documentos necessários; elaboração de sistema de documentação e publicação dos projetos e pesquisadores do câmpus; estabelecimento de relacionamento com empresas, objetivando a realização de acordos de cooperação para desenvolver atividades de pesquisa e inovação; organização do hotel de projetos do câmpus; apoio à formação de grupos de estudos com discentes, sob a orientação de docentes, para que se organizem para estudar e pesquisar tecnologias dentro de suas áreas de formação. No que diz respeito ao último item, já temos instituído o grupo Gcepait (grupo colaborativo de estudos para a pesquisa aplicada e inovações tecnológicas), formado por alunos do curso de TSI e três grupos de pesquisa (cnpq) em atividade no câmpus. Tais grupos atuam nas áreas de matemática, física e gestão, porém são formados por docentes de todas as áreas de conhecimento do câmpus. São eles:

SCaM - Grupo de Síntese, Caracterização e Modelagem de Materiais: o Grupo de Síntese, Caracterização e Modelagem de Materiais conta com a participação de diversos pesquisadores da área. As atividades de pesquisa do grupo envolvem diversas linhas de pesquisa, como nanomateriais e biomateriais, caracterização estrutural/microestrutural espectroscópica, modelagem e simulação computacional. O SCaM conta com colaboração internacional da Universidade de Sambalpur (Índia) através do Prof Dr. Banarji Behera e ainda mantém colaborações nacionais com diversas universidades (UNESP, UFSCar e UFT).

GCEMC - Grupo Colaborativo de Educação Matemática e Educação Científica: o GCEMC tem por objetivos produzir coletivamente artigos científicos; contribuir para a melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem dos alunos na disciplina Matemática das

unidades escolares envolvidas na pesquisa, promovendo ações inovadoras na prática docente para o ensino dos conceitos matemáticos do currículo escolar e buscando atuar tanto na formação inicial quanto na formação continuada de professores de Matemática; coletar, através de diferentes registros (observações, filmagens, relatos, fotos, etc.), informações para a reflexão da prática docente com tematizações entre os professores envolvidos, analisando as condições didáticas oferecidas, as intervenções necessárias, as variações possíveis de uma mesma atividade a fim de atender diferentes saberes.

GPITT-Grupo de Pesquisa em Inovação Tecnológica e Territorial: em 2013, foi desenvolvido um grupo de estudos multidisciplinar intitulado Grupo de Estudos sobre Inovação Tecnológica e Territorial GEITT, visando a geração de conhecimento pela valorização de estudos sobre inovação (perspectiva sistêmica). Em 2015, torna-se Grupo de Pesquisa em Inovação Tecnológica e Territorial GPITT, com viés em estudos sobre Desenvolvimento Local, Arranjos e Sistemas Produtivos Locais, Sustentabilidade, Economia Solidária, Análise Setorial e Políticas Públicas de Inovação. O objetivo do GPITT é potencializar o conhecimento sobre inovação e temáticas relacionadas e o processo inovativo (tanto na perspectiva tecnológica, quanto territorial), privilegiando a atuação do Instituto Federal Câmpus Birigui no fortalecimento do sistema local e regional de inovação e a interação com o Sistema Nacional de Inovação (SNI).

5.4 Políticas e ações administrativas

5.4.1. Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas é um setor subordinado à Gerência Administrativa do câmpus. Foi descentralizada como setor em setembro de 2014, e atualmente conta com dois servidores.

Compete a essa coordenadoria coordenar os processos de gestão de pessoas do câmpus, desde o ingresso, permanência e saída, realizando algumas atividades internas e intermediando as que não são de sua responsabilidade com as Diretorias de Administração e de Desenvolvimento de Pessoal.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria estão as relacionadas à admissão de novos servidores, tais como: acompanhar e dar apoio à execução de concursos

públicos do câmpus para docentes e administrativos; após nomeação em diário oficial, conduzir todo processo admissional de novos servidores, desde contato telefônico/e-mail/telegrama, agendamento de entrega de documentos e sua conferência até formalização dos atos de posse e entrada em exercício; coordenar, recepcionar, acompanhar e enviar para a DAGP os processos admissionais de novos servidores; acompanhar os processos de integração de novos servidores; efetuar o cadastro de servidores ingressantes no sistema SISAC; lançar a Retribuição por Titulação para servidores ingressantes; coordenar processos seletivos para contratação de docentes substitutos e temporários.

Também são atribuições do setor: montar e manter as pastas funcionais de todos os servidores nomeados e contratados no câmpus, a fim de preservar os dados, documentos e o histórico funcional dos mesmos; coordenar, orientar, acompanhar, avaliar e registrar as atividades e processos relacionados à manutenção e à progressão funcional dos servidores; coordenar o processo de “Avaliação de Desempenho” dos servidores em estágio probatório; efetuar lançamentos no SIAPE (pagamento de ressarcimento saúde, pagamento de adicional noturno, pagamento de auxílio transporte; cadastro de servidores ingressantes, inclusão de dependentes, lançamento/inclusão de servidores ingressantes na folha de pagamento); administrar o controle de frequência dos servidores; encaminhar à Diretoria de Recursos Humanos - DRH as informações referentes às faltas, atrasos, reposições de horas de trabalho dos servidores e demais informações necessárias dos servidores. Além disso, emitir declarações aos servidores para variadas finalidades; atender, receber, protocolar, dar assistência e prosseguimento de demandas de servidores relativos à gestão de pessoas; divulgar, no âmbito do câmpus, e observar o fiel cumprimento dos dispositivos legais, regulamentos e demais atos normativos pertinentes à Gestão de Pessoas; participar do planejamento de Programas de Capacitação de Pessoal para os servidores; disponibilizar informações para a atualização dos sistemas SIAPE, SIAPECAD e Sistemas IFSP; e recepção e arquivamento de processos de RSC.

5.4.2 Coordenadoria de Administração (CAD)

A Coordenadoria de Administração é setor subordinado à Gerência Administrativa do câmpus e possui atualmente seis servidores.

Dentre as atividades desenvolvidas por essa Coordenadoria destacam-se: efetuar o controle orçamentário do câmpus, propondo reformulações para adequação às necessidades, elaborando relatórios de acompanhamento, mantendo planilhas e sistemas internos de controle orçamentário atualizadas e controlando o movimento e o saldo dos recursos orçamentários executados; conciliar periodicamente os movimentos e saldos orçamentários em função dos valores contratuais empenhados; efetuar os procedimentos necessários para pagamento de despesas; acompanhar as prestações de contas dos responsáveis pelos “Suprimentos de Fundos” do câmpus; proceder à conformidade contábil dos documentos lançados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; controlar as liquidações de empenhos; providenciar o cadastro dos servidores designados para administrar o “Suprimento de Fundos” do câmpus através de cartão corporativo do Governo Federal junto ao Banco do Brasil; avaliar o atendimento por parte da Unidade Gestora - UG, relativo aos procedimentos de concessão e prestação de contas de “Suprimento de Fundos”; responsabilizar-se pelas atividades relacionadas à conformidade de gestão; verificar se os registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial efetuados pela Unidade Gestora foram realizados em observância às normas vigentes; examinar toda a documentação enviada pelos fornecedores conforme determinação da lei; apropriar no SIAFI ou SIASG os contratos do câmpus; registrar no SIAFI o resultado apurado na verificação realizada dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial; coordenar a elaboração de Termos de Referência .

Além das atribuições acima citadas, ainda cabe à Coordenadoria de Administração participar dos processos para as licitações e acompanhar a execução dos contratos; subsidiar e elaborar os processos de aquisições, assim como minutas de contratos e termos aditivos referentes a dispensas e inexigibilidades, encaminhando-os para análise e parecer da Procuradoria Jurídica – PJU; orientar sobre a modalidade de licitação a ser empregada no processo de aquisição; acompanhar as aberturas de licitações, dando suporte às comissões de licitações e aos pregoeiros; coordenar e responsabilizar-se pelas atividades relacionadas à gestão de contratos e convênios; acompanhar, juntamente com a fiscalização de contratos, o fiel cumprimento das cláusulas dos contratos firmados com o câmpus; realizar reuniões junto aos contratados a fim de se fazer cumprir o contrato firmado junto à administração do câmpus; controlar todas as informações relativas à expiração de prazos de contratos;

solicitar abertura de processos de contratos continuados no início do exercício com as informações orçamentárias e de fiscalização dos mesmos; operar e alimentar os sistemas informatizados inerentes a contratos, em especial os subsistemas do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG; manter arquivados, em ordem cronológica e por modalidade, todos os processos e documentos relativos às licitações, dispensas, inexigibilidades, contratos, suprimentos de fundos, convênios e/ou similares. Esta coordenadoria também coordena, junto com os demais setores do câmpus, a previsão anual para aquisição de materiais de consumo e equipamentos; acompanha o sistema de “Registros de Preços” e de “Cotações Eletrônicas”; mantém atualizado junto aos órgãos competentes o cadastro do CNPJ do Câmpus; elabora e acompanha processos administrativos contra fornecedores; registra penalidades determinadas nos processos administrativos, por descumprimento contratual de fornecedores do câmpus; cadastra o Rol de Responsáveis no SIAFI; e providencia a abertura e acompanhamento das contas de depósito em garantia das empresas prestadoras de serviços para o câmpus.

5.4.3 Coordenadoria de Manutenção, Almoxarifado e Patrimônio

É responsável pela gestão do almoxarifado – cadastro, armazenamento, controle de entrada e saída de materiais - e patrimônio (tombamento, inventário, avaliação da situação). Também acompanha e orienta as atividades relacionadas com os setores de manutenção do câmpus (prediais, vigilância, limpeza, veículos oficiais e outros), além de controlar a movimentação de veículos oficiais do câmpus de acordo com a legislação vigente, responsabilizar-se pelo envio das Notas de Empenho aos fornecedores e manter as certidões do câmpus em situação regular.

5.4.4 Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI)

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) tem por finalidade planejar, dirigir, controlar, avaliar e executar as políticas internas do câmpus ligadas à gestão da informação, em consonância com as diretrizes da unidade.

À coordenação cabe: planejar, implantar e manter todas as atividades de interesse comum relacionadas à tecnologia da informação; coordenar os sistemas de informação e a infraestrutura de redes de comunicação de dados; desenvolver sistemas computacionais para atender às necessidades do ensino e da administração da instituição; manter o câmpus em estado tecnológico de informática atualizado e, para isto, fazer análise de produtos de mercado (hardware e software), propondo alternativas que melhor se ajustem às necessidades; prover suporte e manutenção do Portal do IFSP na internet referente aos assuntos do câmpus; acompanhar o processo de aquisição de equipamentos de serviços, de informática, audiovisuais e de redes; entre outras atividades.

5.4.5 Jornada Flexibilizada

Em 2013, foi aprovada a Resolução 963 (atual Portaria 5.384/2014) que regulamenta a jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos em educação do IFSP. Para garantir as vantagens que esse benefício propõe, foram constituídas nos câmpus subcomissões locais para acompanhar, orientar e avaliar qualitativamente, em colaboração com a CISTA, a nova rotina de trabalho.

A jornada flexibilizada de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais foi implementada com base nos Decretos nº 1590/95 e nº 4.836/03 sem prejuízo da remuneração nos setores em que os serviços/atividades demandem atendimento ao público ininterrupto de no mínimo 12 (doze) horas, ou trabalho no turno noturno. Vale destacar que o atendimento ininterrupto é importante, pois garante o funcionamento dos setores em horários mais flexíveis e que melhor atendem as necessidades da comunidade acadêmica.

6. DIAGNÓSTICO, METAS E AÇÕES

Considerando o processo de ensino e aprendizagem como totalidade, complexo, em que teias de relações se travam no ambiente escolar, a presente seção deste documento retrata a atual condição do Instituto Federal, Câmpus Birigui, na medida em que apresentam os anseios da comunidade local, suas posições no que tange um diagnóstico das práticas realizadas em escala local. As dimensões de ensino, pesquisa e extensão, juntamente com as ações administrativas, trazem um panorama da identidade desta instituição, nossos avanços e limites e o que se mostra como desafio a todos os atores escolares.

De início, apresentamos o diagnóstico dos limites institucionais, que, após ampla participação da comunidade escolar, foram elencadas as ações, prazos e responsáveis pela execução. Concluímos o capítulo com um texto organizado a partir das manifestações da comunidade escolar referentes aos avanços institucionais.

6.1- Dimensão: Ensino		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
<p>1 Entre os alunos existe uma prática de tecer críticas aos professores no ambiente de sala de aula ao invés de reportarem-se às pessoas de direito, como o próprio professor e o coordenador de curso.</p>	<p>A Posição do professor de maneira a evitar tais posturas, orientando-os a procurar os caminhos corretos para uma efetiva resolução dos problemas.</p> <p>B Constar em documentos do câmpus e em momentos de integração ou em apresentações gerais os caminhos para críticas.</p>	<p>- Docentes: A Prazo: 2 anos</p> <p>- GED e CAE: B</p> <p>- Prazos: início dos semestres, integrações no prazo deste documento.</p>
<p>2 Há grande heterogeneidade entre os alunos quanto à faixa etária e ao ritmo de aprendizagem. Dificuldade em trabalhar com alunos com diferentes perfis de aprendizagem.</p>	<p>A Trocas de estratégias pedagógicas para ritmos de aprendizagem diferentes;</p> <p>B Orientação sobre estratégias pedagógicas e sobre políticas de recuperação;</p> <p>C Normatizar ações sobre a efetivação de políticas de recuperação contínua e paralela;</p> <p>D Participação na orientação sobre estratégias pedagógicas.</p> <p>E Estabelecer um vínculo com professores para o incentivo à leitura e ao uso da biblioteca.</p> <p>F Acompanhamento de alunos com necessidades específicas.</p>	<p>- Docentes e coordenadores de curso e GED: A, B e C</p> <p>- CSP e equipe de formação continuada: D</p> <p>- Biblioteca: E</p> <p>- NAPNE: F</p> <p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação semestral C Ação para 2016 com avaliação anual A, B, D, E, F</p>

<p>3</p> <p>Falta discutir com mais profundidade qual é o viés que os cursos devem seguir: formar numa abordagem mais teórica, reflexiva ou dedicando-se mais a uma formação técnica.</p>	<p>A Discutir amplamente, em todas as instâncias internas e externas, sobre a formação integral do aluno.</p> <p>B Utilizar os PPCs como documento norteador fazendo as reformulações necessárias.</p>	<p>- Direção e GED: A e B</p> <p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>4</p> <p>Um aspecto que interfere diretamente no processo de ensino-aprendizagem é a rotina de trabalho dos alunos que faz com que não se dediquem aos estudos fora da sala de aula.</p>	<p>A Continuidade de projetos existentes relacionados a planejamento de estudo e efetivação de outros projetos;</p> <p>B Incentivo contínuo dos professores quanto a práticas de estudo;</p> <p>C Otimização das estratégias e dos horários de atendimento aos alunos;</p> <p>D Otimização do tempo em sala de aula, visto que nossos cursos são noturnos e o público sempre será de trabalhadores.</p>	<p>- Docentes e coordenadores de curso: A, B, C e D</p> <p>- CSP: A</p> <p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>5</p> <p>Falta maior divulgação do câmpus e dos programas oferecidos para a comunidade de Birigui e região. Ações de divulgação do câmpus são imediatistas, não há um programa de divulgação consolidado e contínuo.</p> <p>O câmpus é desconhecido da comunidade e são necessárias ações que criem mecanismos para que se reforce a função social da instituição.</p>	<p>A Trabalho crescente da comissão de divulgação e comissão de processo seletivo;</p> <p>B Efetivação de projetos de extensão e de pesquisa com maior número de pessoas da comunidade;</p> <p>C Elaboração de termo de referência para compras de material de divulgação;</p> <p>D Incluir no orçamento anual do câmpus a aquisição de materiais.</p> <p>E Organizar a Semana das Profissões; estabelecer parceria com empresas; fomentar palestras com setores da sociedade; realizar ações de cidadania no câmpus para a comunidade.</p> <p>F Participação dos alunos na divulgação do câmpus e de seus cursos, com estabelecimento de parceria entre estudantes e professores na divulgação da escola.</p> <p>G Realização de eventos, como festas, feiras científicas e exposições de trabalhos de alunos e professores.</p>	<p>- Comissão de divulgação e comissão de processo seletivo: A, C</p> <p>- CEX: B e E</p> <p>- CPI: B</p> <p>- GAD: A, C e D</p> <p>- CAD: A e C</p> <p>- Docentes: F e G</p> <p>- Movimento Estudantil: F e G</p> <p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>6</p> <p>Nota-se uma postura passiva dos alunos em sala de aula. Cultura imediatista que desestimula a dedicação ao estudo.</p>	<p>A Projetos de Motivação.</p> <p>B Trabalho com metodologias que despertem a criatividade e a criticidade dos estudantes.</p>	<p>- Docentes e coordenadores de curso: A e B</p> <p>- CSP: A</p> <p>- CAE: A</p>

		- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
7 As diferentes regras institucionais para o cálculo das médias finais levam os professores, que trabalham com diferentes modalidades, a enfrentarem dificuldades pelo grande número de regras.	A Posicionamento frente às discussões da Estatuinte.	- Comunidade escolar: A - Prazos: conforme cronograma da Estatuinte.
8 Falta reconhecimento, pela comunidade externa, da natureza dos institutos federais.	A Associação com ações de divulgação. B Padronizar a maneira de se referir ao IFSP. C Pesquisa com alunos egressos.	- Comissão de divulgação: A - GED com participação CEX, CRE, CDI, CAE, CSP: C - Direção e CDI: B - Prazos: Ação para 2016 com avaliação semestral.
9 O intercâmbio dos professores de RDE com o mundo do trabalho é insatisfatório.	A Desenvolvimento de projetos de extensão e de pesquisa.	- Docentes, CEX, CPI: A - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
10 Na área de informática, as tecnologias ensinadas, estão além das necessidades do mercado local e representam um potencial a ser explorado.	A Reflexão na área sobre preparação para o mundo do trabalho, considerando a necessidade de atender a demanda de todas as regiões, inclusive a local. B Realização de cursos FIC. C Incentivo à realização de estágios pelos alunos.	- Docentes e coordenadores dos cursos da área de informática: A e B - CEX: C - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
11 Tem-se, muitas vezes, uma visão empresarial na Educação. Vive-se um sistema gerencial, o que estava no privado chega ao público: termos gestor, gerências, qualidade total. Existe uma pressão de quem chega à empresa para se adaptar a esse contexto.	A Discussão mais efetiva pela comunidade escolar sobre o mundo do trabalho. B Abordagem crítica com os alunos: os professores devem ter o cuidado de passar essas questões em sala de aula, pensando a atuação do aluno;	- GED e Equipe de formação continuada: A - Coordenadores e docentes: B - Prazos: Ação para 2016/2017 com avaliação anual.
12 Há um alto índice de evasão.	A Elaboração de Planejamento Estratégico pela Direção e Gerências visando ações conjuntas de toda a comunidade escolar: docentes, coordenadores, com o apoio dos setores do ensino.	- Direção Geral e gerências: A - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
13 Há positivas iniciativas de bolsas, porém existem dificuldades	A Posicionamento político do câmpus (servidores e estudantes) frente ao Conselho Superior e outras instâncias;	- Conselho de câmpus e Movimento Estudantil: A

impostas, como a exigência de não ter vínculo empregatício e o baixo valor da bolsa.		- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
14 Há discordância com as normas de funcionamento do câmpus e a forma como são apuradas as ocorrências.	A Revisão das normas de funcionamento do câmpus; B Revisão das normas disciplinares por meio da Estatuinte; C Sensibilização da comunidade escolar para identificar e notificar ações divergentes com as normas existentes.	- Direção Geral, GED, GAD: A e C - Comissão da Estatuinte: B - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual A e C Conforme cronograma da Estatuinte B
15 Falta uma maior compatibilização entre a formação teórica e prática devido ao laboratório de CNC não estar funcionando. Necessita-se de mais aulas práticas em salas próprias, com os equipamentos que existem (adquiridos) e que faltam ser montados. A deficiência deste processo está na infraestrutura dos laboratórios, onde há muitos equipamentos industriais não instalados e sem condição de uso para aprendizagem e demonstração.	A Os projetos básicos estão em andamento para adequação do laboratório.	- GAD e coordenação dos cursos de automação e mecatrônica industrial: A - Prazos: conforme andamento dos projetos básicos.
16 O câmpus oferece para a comunidade, além do PROEJA, poucos cursos profissionalizantes de curta duração.	A Diálogo entre a CEX e coordenadorias de curso para fomento de projetos de cursos FIC. B Pesquisa de interesse de cursos para alunos a partir de listas, de acordo com as possibilidades das áreas.	- CEX, docentes e coordenadores de curso: A - Coordenadores de curso: B - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
17 Falta a comunicação entre alunos do ensino integrado com os do ensino noturno.	A Levar os alunos para um encontro para se conhecerem e ocorrer uma melhor interação. B Atuação mais efetiva do movimento estudantil.	- Centros acadêmicos e representantes do Movimento Estudantil: A e B - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
18 A realidade do mundo do trabalho é totalmente diferente da formação acadêmica oferecida, pois quando o futuro profissional sai da instituição tem dificuldade de entrar no mercado porque não adquire habilidade suficiente para poder desempenhar as funções exigidas.	A Discussão sobre o que é o mundo do trabalho, as habilidades mínimas a serem desenvolvidas para a promoção do aluno e os instrumentos de avaliação compatíveis.	- Direção geral, GED e coordenadores de curso, setores do ensino: A - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
19 Sente-se a necessidade de discutir as formas dos professores ministrarem	A Discussão de metodologias de ensino, avaliação e a questão da interdisciplinaridade em reunião de áreas;	- Coordenadores de curso: A e B - GED: A e B - CSP e Equipe de formação continuada:

<p>as aulas, ou seja, ter uma melhor comunicação entre professor-professor e professor-aluno. (Cursos Técnicos)</p> <p>Reconhece-se o alto conhecimento dos professores da parte técnica, porém alguns deixam a desejar com suas didáticas. (Cursos Integrados)</p> <p>Não são todos os professores que possuem uma boa didática de ensino, o que dificulta a aprendizagem. Alguns alunos têm certa dificuldade em determinadas matérias, porém, não recebem o auxílio necessário por parte do professor. Provas mal formuladas e questões ambíguas de difícil compreensão. (Tecnólogos)</p> <p>Nem todos os professores têm a didática necessária para lecionar em um curso superior, ainda mais em um curso de licenciatura. O método adotado por alguns professores não é satisfatório, e acarreta certa dificuldade no aprendizado de alguns alunos. (Licenciatura)</p>	<p>momento de formação continuada; planejamento; reunião pedagógica, etc.</p> <p>B Melhoria no <i>feedback</i> aos alunos, inclusive, seguindo as determinações da Organização didática.</p>	<p>A</p> <p>- Prazos: Avaliação constante em conselho de classe (bimestral).</p>
<p>20</p> <p>Falta adequação da grade curricular a fim de atender aos pré-requisitos mínimos de outras matérias.</p>	<p>A Levantamento junto aos alunos das necessidades;</p> <p>B Orientação aos alunos no momento de escolha das disciplinas para rematrícula.</p>	<p>- Coordenação dos cursos: A e B CRE, CSP: B</p> <p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação semestral.</p>
<p>21</p> <p>A avaliação está sendo feita por critério de cada professor, e não há muito do que reclamar sobre o método de avaliação, mas com relação a pontualidade de mostrá-las, deveria ser mais prático, mais dinâmico ou até mesmo mais demonstrativo.</p>	<p>A Esclarecimento e acompanhamento aos professores do previsto em Organização Didática com relação a vistas de avaliação.</p>	<p>- Coordenação de curso: A</p> <p>Prazos: Ação para 2016 com avaliação semestral.</p>
<p>6.2- Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação</p>		
<p>Diagnóstico</p>	<p>Proposta de ação</p>	<p>Responsáveis/ Prazos</p>

<p>2</p> <p>É precária a infraestrutura para o desenvolvimento de pesquisas, assim como, o incentivo em horas para o professor é insuficiente. Na política institucional, há pouco incentivo à pesquisa, ainda muito voltada ao ensino.</p>	<p>A Posicionamento político do câmpus frente a PRP, ao Conselho Superior e outras instâncias;</p> <p>B Tentativa de parceria com Instituições privadas.</p>	<p>- Docentes, coordenadores, gerências e direção geral: A e B</p> <p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>23</p> <p>Não há uma cultura de escrita de projetos.</p>	<p>A Discussão efetiva em reunião de áreas sobre a necessidade de fomento de projetos;</p> <p>B Capacitação para a escrita de projetos. (Ex: seminários, cursos FIC).</p>	<p>- CEX: A e B</p> <p>- CPI: A e B</p> <p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>24</p> <p>Confunde-se o que é pesquisa e extensão, a instituição carece de uma metodologia clara e definida.</p>	<p>A Esclarecimento à comunidade como ação da CEX e CPI: utilização de reuniões para tal.</p>	<p>- CEX: A</p> <p>- CPI: A</p> <p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>25</p> <p>Sente-se a necessidade de um mecanismo para organização dos editais de pesquisa para tornar a informação mais clara e direcionada.</p>	<p>A Proposições concretas do câmpus para a CPI e PRP.</p> <p>B Implantação de sistema web para trabalhar com a divulgação de editais e projetos.</p>	<p>- Docentes e coordenadores de curso: A</p> <p>CPI: B</p> <p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>26</p> <p>Reconhece-se a importância do câmpus em organizar workshops e congressos.</p>	<p>A Realização de no mínimo um evento anual.</p>	<p>- Direção Geral: A</p> <p>Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>27</p> <p>Precisa-se de maior participação dos servidores e dos estudantes em congressos.</p>	<p>A Posicionamento político frente a instâncias adequadas.</p>	<p>- Direção Geral e conselho de câmpus: A</p> <p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>28</p> <p>É necessário maior qualidade em equipamentos para pesquisa. O Câmpus Birigui não fornece ao estudante que faz iniciação científica estrutura física adequada para realização dos trabalhos e para que o aluno se concentre totalmente naquilo que ele está fazendo.</p>	<p>A Elaboração de projetos básicos de acordo com a demanda dos cursos.</p>	<p>- Coordenadores dos projetos: A</p> <p>CPI: A</p> <p>GAD (apoio): A</p> <p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>29</p> <p>Há vários projetos de pesquisa realizados pelo câmpus, porém falta a inclusão de alunos. Poucos são informados sobre os projetos existentes.</p>	<p>A Desenvolvimento de uma ferramenta web para publicação dos projetos.</p>	<p>- CPI: A</p> <p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>

30 É preciso reforçar o desenvolvimento de pesquisas e a divulgação do câmpus.	A Divulgação do câmpus através da exposição destas pesquisas em Workshops e Congressos de Iniciação Científica.	- CPI: A - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
6.3- Dimensão: Extensão		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
31 Os conceitos de empreendedorismo e cooperativismo não estão concretizados no IFSP.	A Discussões dos conceitos pela comunidade escolar. B Uso da reunião de áreas e momentos coletivos de reuniões. C Uso dos seminários.	- CEX e coordenadores de curso: A, B e C - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
32 Falta de acompanhamento e de pesquisa que nos traga informações sobre a inserção de egressos no mundo do trabalho.	A Criação de encontros de ex-alunos. B Pesquisa via contatos em prontuário dos alunos. C Implantação de ações para acompanhamento de alunos egressos. D Pesquisa de satisfação com os egressos no final do último módulo, através de questionário.	- CRE: B - CEX: A e C - CPA: D - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
33 Há poucos projetos que visam à criação de um vínculo com o mundo do trabalho.	A Diálogo entre CEX e coordenadorias de curso para fomento de projetos; B Divulgação das informações para os alunos em aplicativos, redes sociais, sala de aula e outras formas de divulgação.	- CEX, docentes, coordenadores de curso: A - CEX: B - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
34 Carência de recursos para visitas técnicas.	A Posicionamento político do câmpus a instâncias superiores. B Elaboração de termo de referência para fretamentos.	- Direção geral, gerências e CEX: A - GAD: B - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
35 Implantação de mais projetos de extensão para atrair mais a comunidade incentivando a participação nos cursos de extensão.	A Cursos FIC para comunidade interna e externa.	- CEX, GED e GAD: A - Prazos: Ação para 2016 com avaliação semestral.
36 Avançar nos setores de estágio, possibilitando oportunidades.	A Estabelecimento de novas parcerias. B Estabelecer novos canais para divulgação das vagas de estágio.	- CEX: A e B - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
37 Falta criar parcerias com empresas, ampliação de estágios, visitas técnicas a empresas da área e de	A Estabelecimento de parcerias. B Maior integração empresa-escola para maior número de estágios.	- Direção geral; gerências; coordenadores: A, B e C - CEX: A e B - GAD e CAD: C

interesse dos alunos. Percebe-se uma deficiência muito grande na área de parcerias com empresas para incentivar os alunos a estagiarem e até mesmo visitarem usinas/feiras industriais, a fim de colocar o aluno em contato com o “mundo prático” da teoria vista em sala de aula.	C Elaboração de termo de referência para fretamentos.	- Todos os servidores: A - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
38 Falta de acesso à extensão porque não há tantos professores disponíveis para trabalhos de extensão para a comunidade externa e interna do câmpus.	A - Incentivo à participação dos professores.	- CEX e DRG: A - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
39 Necessidade de aumento do leque de cursos/atividades que o aluno possa desenvolver além das disciplinas de seu curso, podendo assim, crescer e conhecer diversas áreas como: cultura, música, meio-ambiente e etc.	A Incentivo à participação dos professores. B Efetivação de docentes das áreas de educação física e artes.	- A: CEX e DRG - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
6.4- Dimensão: Administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
40 Desconhecimento dos direitos e deveres enquanto cidadão.	A Desenvolvimento de palestras, semanas, fóruns sobre temas de cidadania.	- CEX e NEABI: A - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
41 A questão da localização do câmpus dificulta a mobilidade da sociedade.	A Atuação mais efetiva junto à Prefeitura para questões de melhoria de transporte público.	- Direção Geral: A - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
42 Falta a efetividade de uma gestão democrática.	A Fomentar a discussão sobre Gestão Democrática no câmpus.	- Direção, gerências e coordenações; Conselho de câmpus; Comissão 30 horas: A - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
43 Há falhas na organização em setores e na padronização da rotina de trabalho.	A Diálogo intersetorial e intrasetorial.	- GED e GAD: A - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
44 Sente-se falta da implementação de pesquisa de satisfação da comunidade escolar com os setores.	A Buscar levantar a percepção dos alunos para proporcionar melhoria no atendimento.	- CPA: A - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
45 Sente-se a necessidade de aumentar número de cursos para qualificação	A Criação de comissão de capacitação para levantamento das necessidades e organização de cursos internos e	- Gerências e Direção Geral: A

<p>dos servidores. São sugeridos os cursos: fiscal de contrato, leis 8112, 8666, 10520, código de ética dos servidores públicos, orçamento público, redação oficial, currículo lattes, habilidades sociais e atendimento ao público.</p>	<p>reivindicação de cursos externos.</p>	<p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>46 Comportamento ético questionado quando há interesses pessoais em jogo.</p>	<p>A Se fazer cumprir o código de ética do servidor; B Capacitação referente ao código de ética para todos os servidores.</p>	<p>- Direção Geral e gerências: A - CGP, CSP: B - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>47 Incompreensão no que se refere às particularidades de cada função/cargo exercido gera comentários inconvenientes que desprestigiam o trabalho dos servidores em geral, tanto docentes quanto técnico-administrativos.</p>	<p>A Propiciar aos servidores mecanismos de conhecimento sobre cada cargo/setor; B Propiciar aos servidores momentos de discussão coletiva, visando ao relacionamento interpessoal.</p>	<p>- Direção e Gerências: A e B - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>48 Falta adequação na estrutura física do câmpus, a fim de atender aos requisitos de acessibilidade.</p>	<p>A Captação de recursos. Investimento nas adaptações e sinalização. B Definição a curto e médio prazo de projetos básicos e de responsáveis por sua execução. C Identificação da demanda e coordenação das ações referentes à acessibilidade.</p>	<p>- GAD, Comissão de infraestrutura e Direção Geral: A e B - NAPNE e comunidade escolar: C. - Prazos: B, C- final de 2015 A- Ação para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>49 As decisões tomadas coletivamente nem sempre são concretizadas, tornando inócuas as discussões que muitas vezes se revestem de aparente democracia. Falta profundidade nas discussões, pois geralmente não são realizadas de forma plena. Falta interação da gestão do câmpus com os alunos, não há transparência na tomada de decisões. Apesar de a gestão democrática estar nas normas estatutárias, a democracia do câmpus não ocorre definitivamente. A opinião dos alunos é de menor peso.</p>	<p>A Efetiva implantação de uma gestão democrática; B Efetivação do conselho de câmpus; C Conscientização da comunidade para cobrar que as decisões em reuniões sejam cumpridas; D Registro em atas de todas as reuniões e divulgação à comunidade.</p>	<p>- Direção Geral, gerência, conselho de câmpus e coordenadores: A, B, C e D. - Prazos: Implantação: semestral Avaliação: para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>50 O sistema burocrático não propicia tempo suficiente para discussões mais aprofundadas. É necessário melhorar a gestão institucional, especialmente quanto à comunicação e clareza das</p>	<p>A Posicionamento político frente à Reitoria em relação ao prazo para envio de documentos.</p>	<p>- Direção geral e gerências: A - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>

informações.		
<p>51</p> <p>Em relação às regras, algumas são arcaicas, como proibir o uso de chinelos no câmpus. Entende-se que por motivos de segurança seja proibido o uso nos laboratórios de automação e eletrônica.</p> <p>A apropriação das vestimentas (roupa e calçado) deveria ser atrelada ao curso e ser proibida na sala ou laboratório de uso.</p>	<p>A Revisão das normas de funcionamento do câmpus;</p> <p>B Revisão das normas disciplinares por meio da Estatuinte.</p>	<p>- Gerências, Conselho de câmpus e CAE: A</p> <p>- Comunidade escolar: B</p> <p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual A Conforme cronograma da Estatuinte B</p>
<p>52</p> <p>Problema quanto ao projeto executivo da construção do novo bloco: falta de comunicação da gerência do câmpus com os alunos, o que gerou troca de informações que não eram corretas.</p>	<p>A Efetivação de uma reunião mensal das gerências e diretoria do câmpus com os representantes de turma, a fim de apresentar a situação de todos os processos em andamento do câmpus, tanto de obra, quanto de licitação, deixando os alunos bem informados e cientes de tudo o que está acontecendo.</p> <p>B Efetivação do Conselho de câmpus com representatividade dos alunos.</p>	<p>- GAD, GED e Direção: A</p> <p>- Atuação no Conselho de câmpus: B</p> <p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>53</p> <p>De uma forma geral, falta informação dos processos administrativos por parte dos servidores.</p>	<p>A Criar um meio de comunicação (Ex: site) para informar todo o andamento dos processos administrativos.</p> <p>B Criar um fluxo de informação entre as coordenações e os setores de atendimento ao ensino, CPI e CEX.</p>	<p>- GAD: A</p> <p>- Coordenações de curso, CAE, CRE, CPI, CEX e CSP: B</p> <p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>54</p> <p>Há uma “abertura para reivindicação”, mas muitas vezes, tais reivindicações não são consideradas efetivamente, muitas vezes não recebemos retorno.</p>	<p>A Atuação mais efetiva dos representantes das turmas para sugestões, dúvidas e reclamações e busca das respostas às reivindicações.</p>	<p>- Representação estudantil junto a CAE, GED e Direção: A</p> <p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>55</p> <p>O barulho das crianças no auditório, e falta de organização das mesmas, ex: correm no refeitório em horário do almoço.</p>	<p>A Prosseguir em diálogo com a prefeitura com relação à saída da escola para o prédio adequado (em construção).</p>	<p>- Gerências e Direção Geral: A</p> <p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>
<p>56</p> <p>Falta de lazer nos intervalos. Não há espaço para lazer, falta espaço adequado para os alunos durante o intervalo.</p>	<p>A Criação de áreas de convivência; elaboração de projetos básicos.</p> <p>B Criação de projetos de lazer e cultura.</p> <p>C Providências administrativas relativas à possibilidade de colocação de bancos em praças no câmpus;</p> <p>D Verificar a possibilidade de desenvolvimento de projeto de apoio à extensão com a participação do futuro professor de artes.</p>	<p>- Comissão de Infraestrutura; gerências e direção geral: A e C</p> <p>- CEX, docente de artes: B e D</p> <p>- Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.</p>

57 Os alunos não recebem informações após um questionário ou voto.	A Dar <i>feedback</i> aos representantes de sala.	- Responsável pela ação do questionário ou eleição: A - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
58 Há pouca divulgação da política interna do IF, e alguns assuntos de interesses a todos são restritos a alguns cursos.	A Consolidação dos canais de comunicação com a comunidade interna.	- Direção e gerências: A - Prazos: Ação para 2016 com avaliação semestral.
59 Falta de um bicicletário.	A Elaboração de projeto básico.	- Gerências: A - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
60 Durante os dias chuvosos não há condições de sair das salas, pois não há cobertura de ligação dos blocos.	A Elaboração de um Termo de Referência para construção de uma passarela coberta.	- GAD: A - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
61 A estrutura elétrica não comporta a quantidade de equipamentos necessários para o bom funcionamento do câmpus.	A Elaboração de um Termo de Referência para contratação de uma empresa para fazer a adequação elétrica.	- GAD: A - Prazos: Indeterminado.
62 A estrutura do bloco A, onde já foi feita uma reforma, voltou a rachar as paredes e nas salas nenhuma reforma foi feita.	A Medidas administrativas em conjunto com a Diretoria de Infraestrutura para solucionar o problema.	- GAD e Direção: A - Prazos: indeterminado.
63 Falta um local para a impressão e xerox de trabalhos.	A Elaboração de Termo de Referência para concessão de espaço físico para comercialização de serviços de reprografia.	- GAD e Direção: A - Prazos: de acordo com a construção do refeitório para liberação de espaço.
64 Sente-se falta de um vestiário, pois muito dos alunos estudam em período integral e não têm condições de retornar para suas residências.	A Será contemplado quando da construção do ginásio.	- GAD e Direção: A - Prazos: de acordo com o planejamento de construção (reitoria).
65 Foram realizadas, em sala de aula, instalações improvisadas de tomadas, ventiladores, luminárias e principalmente os bebedouros, o que é indispensável para o bem-estar tanto do aluno quanto do servidor.	A Acionar a manutenção para situações mais simples; B Projetos básicos para resolução dos problemas.	A e B: GAD e Direção: A e B - Prazos: Ação para 2016 com avaliação anual.
66 Devido ao fato dos roteadores do câmpus serem de uso doméstico, os mesmos não suportam a quantidade necessária de aparelhos conectados	A aquisição de novos roteadores está com a SRP em fase de licitação.	CTI: A - Prazos: Ação para 2016 com avaliação

à rede.		anual.
67 Ocorrem casos de deficiência administrativa na questão do atendimento às solicitações dos alunos.	Os setores estabelecerem prazo para retorno de solicitações.	- Cada setor cria seu prazo fiscalizado pela GED e pela GAD; - Prazo: para abril/2016 com avaliação semestral
68 Falta de infraestrutura.	Tornar mais eficaz os serviços de manutenção e fiscalização predial.	- GAD juntamente a CAP e fiscalização de contrato; - Prazo: avaliação semestral

O Instituto Federal de São Paulo, Câmpus Birigui, vem desempenhando o seu papel no desenvolvimento da cidadania, e vem, gradualmente, construindo um ambiente de respeito às diferenças e contribuindo para a formação cidadã, criando oportunidades para os estudantes se posicionarem frente aos seus direitos, assim como, orientando-os sobre a relevância de ações sustentáveis e sobre a importância de zelar pelo patrimônio público. Para tanto, existem diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão em andamento, como também, diversos auxílios de apoio à permanência e formação do estudante. Há bons exemplos de interação entre as comunidades interna e externa, como cursos, palestras, promoção de eventos em relação à cultura e cursos extracurriculares.

Considerando a ética como um conjunto de valores a ser seguido por cada servidor a partir de suas experiências pessoais e profissionais – baseando-se no Código de Ética dos Servidores Públicos – observa-se um bom nível de profissionalismo dos servidores. A questão da alteridade é premente, partindo da referência do outro para que se estabeleçam as boas relações. No ambiente de trabalho, os novos servidores se sentem acolhidos, existindo as relações de respeito, de um bom relacionamento, para a tomada de decisões institucionais e pessoais; pontuando que todos têm a capacidade de se posicionar e há a abertura para discussão. Exemplos mostrados pelos servidores também se encontram entre os alunos: houve uma mudança de comportamento nos cursos do ensino médio integrado, devido à observação dos estudantes quanto ao padrão diferenciado que o câmpus possui em relação às demais escolas. De modo geral, há boa relação entre alunos, técnicos administrativos e professores.

A instituição vem se dedicando às ações para a inclusão social; exemplos disso são os projetos institucionais, tais como: Mulheres Mil, PROEJA, PRONATEC, curso de Libras, parcerias com organizações da sociedade civil (como a AORA- Associação Assistencial AORA da Região de Araçatuba) e abertura do curso técnico integrado. A instituição é aberta a todas as classes sociais, sendo o público majoritário constituído por estudantes que não teriam condições de frequentar escolas particulares. Ocorrem também campanhas solidárias: Campanha do Servidor Solidário, Campanha para o Dia das Crianças, Campanha de Doação de Sangue (Centro Acadêmico).

As atividades educacionais são pautadas pelo fortalecimento contínuo do tripé ensino, pesquisa e extensão. Têm-se trabalhado bastante a extensão através de diversos projetos submetidos, com quantidade considerável aprovada e em andamento. Existem diversos estudantes bolsistas executando projetos junto à comunidade externa. Há cursos de extensão de Formação Inicial e Continuada – FIC do trabalhador, para as comunidades interna e externa.

Há oportunidades para a iniciação científica, com programas, tanto institucionais, quanto em parceria com o CNPq, com bolsas, e os docentes são participativos, submetendo e orientando projetos de pesquisa.

No processo de ensino e aprendizagem, a maioria dos docentes trabalha com estratégias de ensino que permite a reflexão e criticidade, tais como: aulas expositivas e dialogadas, dinâmicas de grupo, dramatização, demonstração, educação vivencial. Há professores que fazem uso da avaliação diagnóstica no início do semestre, trabalhando com avaliação contínua, utilizando instrumentos perspicazes e diversificados de avaliação, tais como: provas, seminários, atividades em sala, lista de exercícios, relatórios, trabalhos de conclusão de curso e projetos que aliam o ensino à extensão e à pesquisa.

Os cursos oferecidos são vistos como excelentes para a qualificação profissional. Os estudantes consideram o processo de ensino e aprendizagem satisfatório, argumentando que todos os docentes do Câmpus Birigui são bem qualificados e têm domínio da área. Apontam que alguns docentes dão exemplos reais, que acontecem no cotidiano; os estudantes têm formação pensando a partir de situações do real, sobretudo, na elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Há professores que utilizam os meios digitais como ferramentas pedagógicas, dando oportunidade aos estudantes de acessarem as aulas de outros locais.

Eventos, como, por exemplo, a Maratona de Programação, incentivam a aprendizagem. Outro fator a ressaltar é a aplicação de aulas práticas com equipamentos reais. Os docentes são bem qualificados, valorizando o ensino na instituição. Em geral, as avaliações condizem com o conteúdo. Existe a preocupação em avaliar os estudantes por diversas formas e não apenas pelas tradicionais provas ou avaliação final.

O processo de gestão democrática tem evoluído no contexto do Instituto Federal de São Paulo, que reflete no contexto local do Câmpus Birigui. Com as eleições para reitor e novos diretores, assim como a descentralização de alguns serviços e, sobretudo, de decisões, ocorreram melhorias na comunicação, diálogo e na transparência das relações institucionais. Para os servidores mais antigos que vivenciaram gestões anteriores, o processo democrático sofreu significativa mudança, como por exemplo: criação do conselho de câmpus, que auxilia a direção nas decisões; há assembleias, tanto em momentos de movimentação política, como para deliberações gerais. No âmbito administrativo, a gestão de compra é aberta para todos os setores poderem escolher seus materiais. Outro ponto que se destaca é a efetivação da flexibilização das 30h para os servidores técnico-administrativos. Os estudantes participam de boa parte das decisões da escola, podendo opinar sobre variados assuntos, criando ideias e novas soluções, inclusive atuando em muitas comissões, conselhos.

Referências

- BERLIM, C. G. “Princípios e prática do empreendedorismo: Um novo paradigma em educação e em psicopedagogia” Revista Psicopedagogia, 2006.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. IBGE. *Censo Demográfico, 2010*.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica: Concepções e diretrizes*. Brasília, 2010.
- BRUNO, Lúcia. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Dalila A. *Gestão Democrática da Educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- CARDOSO, R. O desafio das políticas sociais do século 21. São Paulo em perspectiva, v. 18, n.2, p. 41-48, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2009.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- DELLORS, J. *Educação um Tesouro a Descobrir*. São Paulo: Cortez, 1999.
- DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- FONSECA, Z. *Exclusão- Inclusão: circularidade perversa no Brasil Contemporâneo*. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 12, p.231-252, maio/ago.2014.
- FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. *Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior*, Maio de 2012.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: Perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R e Vanuchi, P. (orgs). *Juventude e sociedade - trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.
- GADOTTI, Moacir. *Escola cidadã*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- GOMES, Márcio Fernando. *A Cartografia Temática aplicada como instrumento de análise e síntese no estudo da qualidade de vida urbana: o caso da cidade de Birigui – SP*. 2011. 217 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. UEM, Maringá.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Projeto Pedagógico Institucional. In: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. *Plano de desenvolvimento institucional 2014-2018*. São Paulo, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. *Plano de desenvolvimento institucional 2014-2018*. São Paulo, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Plano de desenvolvimento institucional 2009-2013. São Paulo, 2009.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F; TOSCHI, M.S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico*. São Paulo: Cortez, 2011a.

LUCKESI, C. C. *Filosofia da Educação*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

MARTINS, P. L. O. As formas e práticas de interação entre professores e alunos. In: MATTOS, S. M. N. *Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 44, p. 217-233, abr./jun. 2012. Editora UFPR.

PACHECO, E. *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Natal: Editora do IFRN, 2010.

PACHECO, Eliezer (Org.). *Institutos Federais: uma revolução da educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011.

PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Atlas do desenvolvimento humano*, 2013. Acesso em: 03 de set de 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. *O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria(orgs.). *Ensino médio. Ciência, cultura e trabalho*. Brasília, MEC/SETEC, 2004.

SERRA, Áurea Esteves. *Birigui: Cidade Pérola*. São Paulo: Noovha América Editora, 2006. (Coleção Conto, Canto e Encanto com a minha História).

SPOZATTI, A. *Exclusão social e fracasso escolar*. Em aberto, Brasília, v. 17, n. 71, p.21-32, jan. 2000.

VALLS, Álvaro L. M. *O que é ética*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

VASCONCELLOS, Maura Maria Morita. *Avaliação e ética*. 2. ed. rev. e ampl. Londrina: Eduel, 2009.

VEIGA, A. P. A. (Org.). *Lições de didática*. Campinas: Papirus, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org). *Técnicas de Ensino: Por que não?* 21ª ed. Campinas: Papirus, 2011.

ZABALA, A. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.